

**Relatório de Estágio no Instituto da Defesa
Nacional: O papel dos *think-tanks* no quadro
da política de defesa**

Cristiana Gouveia Fernandes

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência
Política e Relações Internacionais**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Setembro 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais realizado sob a orientação científica do Professor Doutor António Horta Fernandes e da Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes.

*Dedico este estudo aos que em mim depositaram confiança quando a minha própria
fraquejava.*

AGRADECIMENTOS

Por ambição este deixou de ser um simples relatório no qual relatei as minhas atividades diárias do meu estágio, e passou a ser uma pequena investigação sobre um tema no qual me interessei, assim como um instrumento para honrar os meus estudos, conjugando a aprendizagem proveniente da licenciatura com o mestrado em questão.

De tal modo, nada do que a minha mente ditou às minhas mãos teria sido possível sem o apoio do meu núcleo familiar que, ainda que não entendessem a minha frustração, acreditavam piamente na minha capacidade. Assim, agradeço à mãe pelos conselhos, ao meu irmão pelos risos, e ao meu pai pela aura de orgulho, cada um à sua maneira possibilitou o ambiente propício ao desabrochar das minhas capacidades. Ao meu namorado agradeço o apoio psicológico e emocional que permitiu o extravasamento do meu cérebro às alegrias da vida e à descoberta de diferentes pontos de vista nas mais diversas formas de arte.

Às minhas amigas agradeço também o apoio e as exclamações de horror quando lhes dissertava a quantidade de *endeavours* com as quais me comprometia.

Agradeço ainda às minhas colegas de estágio, Matilde Magina e Ana do Carmo, que tanto animaram o meu dia a dia, mesmo depois de findo o estágio.

Finalmente, agradeço ao meu orientador na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, António Horta Fernandes, pela disponibilidade e inspiração que as aulas lecionadas tiveram relativamente à matéria de Estratégia e Defesa.

À Prof.^a Isabel Nunes devo um grande e especial agradecimento, pois foi o farol que me guiou nos diversos momentos em que derivei num oceano escuro de incertezas e receios. Uma inspiração e modelo académico-profissional, que me instigou a continuar mesmo quando a tão má afamada *writer's block* me assolava e arrastava para um estado de melancolia.

A todos agradeço profundamente, pois de vós veio o alimento que possibilitou a força.

“If the study to which you apply yourself has a tendency to weaken your affections and to destroy your taste for those simple pleasures in which no alloy can possibly mix, then that study is certainly unlawful, that is to say, not befitting the human mind.” - Mary

Shelley, Frankenstein

O papel dos *think-tanks* no quadro da política de defesa

Resumo

Tendo em conta a crescente importância e contribuição dos *think-tanks* nas mais diversificadas áreas de estudo, assim como a crescente vontade da União Europeia (UE) no investimento de uma União forte e segura, surge a questão se as instituições públicas, como o Instituto da Defesa Nacional (IDN), poderão contribuir, e como o poderão fazer, para a consolidação da política externa da UE no âmbito da segurança e defesa. O presente relatório de estágio tem por objetivo refletir sobre a relação entre a atividade de investigação, formação e sensibilização enquanto áreas de missão do Instituto da Defesa Nacional e a formação de peritos no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia e se será possível estabelecer uma relação com a instituição de estágio, o Instituto da Defesa Nacional.

Nos primeiros capítulos do presente relatório irá proceder-se à contextualização do tema e à revisão da literatura relativamente ao desenvolvimento das políticas burocráticas no seio da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia. Será também examinada a missão, valores, objetivos e atividades do Instituto da Defesa Nacional, e, posteriormente proceder-se-á à conjugação dos temas trabalhados. Por fim, sendo um relatório de estágio serão identificadas e apresentadas as atividades e funções desempenhadas no período entre 10 de setembro de 2018 e 29 de março de 2019 no Instituto da Defesa Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas burocráticas, Política Externa, de Segurança e Defesa, União Europeia, IDN, *think-tank*.

Think-tanks' role on defence policy framing

Cristiana Gouveia Fernandes

Abstract

Given the growing importance and contribution of think-tanks' and the growing willingness of the European Union (EU) to invest in a strong and secure Union, the question arises whether national institutions, such as the National Defence Institute (IDN), can contribute, and in what way, to strengthen the EU's foreign policy on security and defence. The present internship report aims to reflect on the National Defence Institute mission areas through activities such as research, training and awareness raising. It aims, as well, to reflect on the specialization of experts in the field of the European Union's Common Security and Defence Policy. And, when possible, establish a relationship between the internship institution, the National Defence Institute and the European Union's Common Security and Defence Policy.

The first chapters of this report are dedicated to the contextualisation of the European Union's Common Security and Defence Policy and of a review of the literature concerning the increasing of bureaucratic politics within the European Union's Common Security and Defence Policy. The following chapters aim to explore the mission, values, objectives and activities of the National Defence Institute, as well as to reflect upon the previous chapters. Finally, being an internship report, the last chapter is dedicated to the activities and functions performed in the period between September 10, 2018 and March 29, 2019 at the National Defence Institute.

KEYWORDS: Bureaucratic politics, Foreign Policy, Security and Defence, European Union, IDN, think-tanks.

Índice

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: EVOLUÇÃO DA PCSD (2010-2018).....	13
CAPÍTULO II: POLÍTICAS BUROCRÁTICAS.....	23
II.1 – O EXEMPLO DA PCSD NAS COMUNIDADES DE PERITOS	24
CAPÍTULO III: INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL	27
III.1 - GÊNESE E EVOLUÇÃO	27
III.2 – MISSÃO DO IDN.....	30
CAPÍTULO IV: <i>THINK-TANKS</i>.....	34
O CONTRIBUTO NACIONAL NA ERA DOS <i>THINKS-TANKS</i>	35
CAPÍTULO V: ESTÁGIO.....	39
V.1 – GRUPOS DE REFLEXÃO.....	39
V.2 – SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS	42
V.3 – MESAS REDONDAS	45
V.4 – CONFERÊNCIAS	46
V.5 – CURSOS	46
V.6 – CURSO SÉNIOR DO NATO DEFENSE COLLEGE.....	47
V.7 – OUTRAS ATIVIDADES	48
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
LISTA DE FIGURAS	62
ANEXO (S).....	63
1. CALENDARIZAÇÃO	63

LISTA DE ABREVIATURAS

UE/ EU – União Europeia/ European Union

EUA/ USA – Estados Unidos da América/ United States of America

IDN – Instituto de Defesa Nacional

PESD/ ESDP - Política Europeia de Segurança e Defesa/ European Security and Defence Policy

PCSD / CSDP – Política Comum de Segurança e Defesa, sucessora da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)

NATO/ OTAN – North Atlantic Treaty Organization/ Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU/UN - Organização das Nações Unidas/ United Nations

Introdução

Este relatório desenvolve-se no âmbito do estágio curricular realizado no Instituto da Defesa Nacional (IDN) entre o período de 10 de setembro 2018 a 29 de março de 2019. A escolha do Instituto da Defesa Nacional deveu-se ao interesse nas áreas de defesa e segurança que permitem consolidar o percurso académico escolhido. No entanto, mais do que uma simples síntese das atividades realizadas, afigura-se como útil o desenvolvimento de um trabalho de investigação que conjugasse as áreas de interesse e percurso académico com a área de missão da instituição de estágio. Como tal, a investigação incidiu sobre o papel de comunidades de peritos, analisadas na literatura sobre políticas burocráticas ou *bureaucratic politics*¹, e a posição dos *think-tanks* no desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia (UE). O papel do Instituto da Defesa Nacional será deste modo entendido como uma entidade, cuja atividade se assemelha em muito àquela desenvolvida pelos *think-tanks*², sendo através da sua atividade responsável pelo desenvolvimento de investigação científica, atividades de formação, e de sensibilização e divulgação que simultaneamente contam com o contributo e que se destinam ao apoio a comunidades de peritos. Observa-se assim o contributo da instituição para uma cultura de defesa nacional portuguesa e o impacto desta numa futura cultura de defesa europeia. Com tal, este relatório pretende responder à seguinte questão de investigação: Qual a contribuição que uma instituição nacional, como o IDN, poderá fornecer à compreensão da construção da Política Comum de Segurança e Defesa?

No quadro de ameaças internacionais, de onde se destaca o terrorismo, observa-se que “ao não se encaixarem na estrutura tradicional de previsibilidade e negociação diplomática, fraturam o tradicional equilíbrio entre a soberania nacional e a soberania partilhada” (Gnesotto, 2004: 21). Tal facto leva os Estados-Membros da União Europeia a promoverem uma melhor cooperação, como seja “ao nível da partilha de informação, no controlo dos fluxos de capitais associado a crimes graves e/ou terrorismo e na harmonização dos sistemas judiciais na área Europeia” (Gnesotto, 2004: 22), no caso a

¹ De agora em diante designada por ‘Comunidade de Peritos’ ao longo do presente relatório.

² Este estatuto é oficialmente reconhecido pela Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *vide* nota 41, e pelo próprio Decreto Regulamentar do IDN que, em sede de Conselho de Ministros é identificado, “tem como missão principal o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa.” (Decreto-Lei n.º 154-A/2009: <http://www.operacional.pt/docs/LO%20MDN%202009.pdf>)

“própria ameaça terrorista fortalece o sentimento de pertença dos indivíduos a um país, e a proteção dos seus cidadãos coloca o interesse nacional de volta no topo da agenda dos governos eleitos” (Gnesotto, 2004: 21-22). Segundo Haine (2004: 35), as mudanças que levaram ao desenvolvimento de uma política de defesa e segurança foram sistemáticas, primeiramente com o fim da Guerra Fria que levou à perda da posição estratégica da Europa relativamente aos Estados Unidos da América (EUA), depois a própria dinâmica do processo de integração que, após a integração monetária, se estende à política. E por fim, o facto de que o aprofundamento da União Europeia significou que a sua dimensão enquanto ator económico não tinha sido acompanhado pelo mesmo esforço de integração no plano político. A consciência deste défice aumentou a necessidade de uma União Europeia com poder político reconhecido internacionalmente, estatuto que implicaria uma consolidação da política externa, segurança e defesa europeia.

A construção de uma UE forte através do desenvolvimento de capacidades militares no domínio da defesa, tem enfrentado diversas dificuldades devido à reticência dos Estados-Membros em abdicar de parte da soberania naquela que é perspectivada como um elemento do interesse nacional vital à sobrevivência de um Estado. Aliado a tal desígnio, está a falta de entendimento entre os Estados-Membros, devido às diferenças culturais em matéria de política de segurança e defesa, influenciadas pela herança histórica, que diferenciam, por exemplo, os objetivos e atitude para com os Estados Unidos da América e a Organização do Atlântico Norte (OTAN). Saliente-se, contudo, que estas diferenças não têm sido necessariamente um obstáculo aos interesses relativamente ao crescimento das capacidades militares da União. Aliás, Gnesotto (2004: 13) salienta que estas diferenças têm na verdade contribuído para a evolução da Política de Defesa Comum. Com as dificuldades encontradas, mas com vontade de prosseguir, não é de todo surpreendente que, como refere Duke (2018: 24), *in stricto sensu*, a União Europeia não esteja empenhada em auxiliar no domínio da defesa a não ser em casos particulares relacionados com a proteção civil, como seja contra a consequência de desastres com origem humana e natural. Haine (2004: 50), salienta as cinco grandes ameaças identificadas no “The European Security Strategy” como sendo o terrorismo internacional, conflitos regionais, estados falhados, crime organizado e a proliferação de armas de destruição maciça. Neste mesmo estudo a UE percebe e sublinha que a linha de defesa começa fora das suas fronteiras, e que a forma como se lida com estas ameaças não pode ser, e não será restringida ao emprego da força militar.

O primeiro capítulo do presente relatório será dedicado à contextualização da PCSD, tendo como objeto de estudo o período compreendido entre 2010 a 2018, anos relevantes para a problemática em apreço, devido ao relativo aceleramento histórico observado e à sua proximidade temporal com o percurso de formação académico. O segundo capítulo incidirá na revisão da literatura relativamente à noção de políticas burocráticas e ao papel de comunidades de peritos no apoio técnico à tomada de decisão, sendo seguido por uma reflexão entre Política Comum de Segurança e Defesa e a emergência de comunidades de peritos em segurança e defesa europeia. O terceiro capítulo deste relatório será dedicado ao Instituto da Defesa Nacional, no qual será examinada a missão e trabalho do IDN desde a sua fundação. O quarto capítulo incidirá no conceito dos *think-tanks* e na reflexão da ligação entre o estudo realizado e a instituição de estágio, por fim, o quinto e último capítulo recaí sobre as atividades nas quais a aluna participou durante os meses de estágio, culminando numa reflexão crítica com base nos conhecimentos adquiridos durante o Mestrado, o Estágio e a investigação realizada para o presente relatório.

A metodologia utilizada para o presente relatório de estágio consistiu na utilização de fontes que compreendem a contextualização da Política Comum de Segurança e Defesa através de documentos estruturantes da União Europeia, da revisão da literatura académica relativamente às políticas burocráticas e de documentos estruturantes da atividade do Instituto, nomeadamente diretivas internas e publicações da instituição.

Capítulo I: Evolução da PCSD (2010-2018)

A queda da União Soviética e, conseqüentemente, o fim da guerra fria, podem ser considerados marcos na viragem securitária da Europa pós-segunda guerra mundial. Se ao longo da história da Europa a guerra pode ser vista como um instrumento³ para o desenvolvimento, o pós-guerra tornou-a definitivamente num motivo de reforma. Com a primeira guerra mundial a humanidade perpetua uma conceção de poder tradicional⁴ que não se altera no período do pós-guerra, esta visão tradicional aplicada a um mundo em evolução, que em muito se diferencia do passado, culmina assim numa segunda grande guerra que envolve, direta ou indiretamente, países do mundo inteiro e dilacera gerações e correntes de pensamento. Desta carga histórica cresce a ânsia de paz e o horror do termo ‘guerra’, a Europa apercebe-se da necessidade de corrigir a animosidade que tem alimentado ao longo dos séculos, admitindo a si própria de que o mundo tornou-se muito maior⁵ do que era inicialmente⁶ e de que novas potências elevaram-se no panorama global.

Se as duas grandes guerras salientaram a importância da aproximação dos países Europeus⁷, o fim da guerra fria salientou a deficitária defesa da Europa, com tal veio a percepção da forte dependência relativamente aos Estados Unidos da América (EUA) e a necessidade de rever o posicionamento da Europa na OTAN. Aliada a tal facto, está a própria dinâmica do processo de integração europeia, a força da UE concentrava-se sobretudo na capacidade económica tornando-se evidente a dificuldade de imposição política no fórum internacional a cada nova adesão e, como observa Haine (2004: 93), o silêncio por parte da mesma nas discussões internacionais relativas à Segurança, o que

³ Diversas obras refletem que a guerra pode ser vista como um mecanismo de estimulação à evolução humana devido à evolução tecnológica que desencadeia. Parte deste pensamento está explícito quando se observa o investimento tecnológico realizado durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, a qual permitiu feitos como a ida à lua (corrida espacial). Da mesma maneira diversas pesquisas científicas são alimentadas pela vontade de tornar a guerra menos dispendiosa em termos de recursos humanos, diminuindo as perdas, exemplo desse estímulo são os atuais *drones*, e, talvez o mais óbvio, os computadores que hoje se encontram de tal maneira difundidos no nosso dia-a-dia que passaram a ser, para diversas profissões, essenciais.

⁴ Segundo Waltz (1979: 131) o poder de um estado baseia-se na capacidade do mesmo ser relevante em seis elementos, nomeadamente: população e extensão do território; recursos; economia; poder militar; estabilidade política e competência diplomática.

⁵ A globalização torna inegável a necessidade de aproximação dos países pois o isolamento, de que são exemplo os casos históricos do Japão e da China, impede o posicionamento num mundo competitivo.

⁶ Note-se que a utilização da expressão “no início”, neste contexto em específico, refere-se única e exclusivamente ao período histórico correspondente à formação dos reinos medievais. A História é rica e construída de detalhes, os quais neste contexto em específico se olha de maneira “geral” para o período histórico posterior aos Descobrimientos, apenas por motivos expressivos.

⁷ A comunidade Europeia nasce da necessidade de colocar as duas grandes potências rivais sobre a égide de uma entidade supranacional reduzindo a animosidade, especialmente bélica.

“criou nos líderes europeus o desejo de ver a organização desempenhar um papel mais consentâneo com a sua pujança económica.” (Pereira, 2005: 93).

Também o sistema internacional sofreu alterações resultantes do fim da bipolaridade cuja consequência imediata se traduzia na perda momentânea de preponderância do antagonismo e da competitividade estratégica entre os países do Pacto de Varsóvia aos países da Aliança Atlântica. No plano económico a globalização das relações económicas veio aumentar a dependência entre atores no contexto europeu e mundial, criando oportunidades acrescidas de cooperação no domínio da segurança internacional. Do mesmo modo, a interdependência facilitou a propagação de princípios e valores democráticos que, discutivelmente, potenciaram conflitos e fragmentações sociais, as ameaças tornaram-se cada vez mais globais, e, além das ameaças externas, acentuou-se a necessidade de combater as ameaças internas, o inimigo tornou-se incerto e mutável,

“Promoveram-se medidas de transparência e de confiança entre antigos adversários estabelecendo-se relações estáveis e regulares entre as respetivas Forças Armadas. Exercícios conjuntos e combinados⁷, encontros e reuniões, intercâmbios e formação constituíram mecanismos de aproximação e de redução de tensões e desconfiança que garantiram os níveis de estabilidade necessários para a promoção do desenvolvimento económico e social dessas regiões.” (Penedos, 2014: 16).

Como resposta a uma diminuição do impacto das ameaças tradicionais, observa-se que o conceito de segurança sofre algumas alterações com o fim da Guerra fria, nomeadamente com a “diminuição das despesas militares e a redução do tamanho dos exércitos estatais que possibilitaram uma mudança na antiga noção de 'segurança'” (Faleg, 2012: 167). No leste da Europa, no início dos anos 90, observa-se um ‘novo pensamento’ relativamente à segurança. Com a vaga de democratização dos regimes e consequente controlo democrático das forças armadas, tendo o mesmo ocorrido no que respeita às forças de segurança⁸,

⁸ “Primeiro, surgiu o apelo ao controlo democrático das forças armadas (DCAF), bem como à supervisão do setor de defesa e, numa extensão mais ampla, a todo o espectro das forças de segurança.” (Faleg, 2012: 168).

“O conceito de segurança foi, assim, redefinido para fazer face à internacionalização das ameaças, aceite que foi, entre académicos e teóricos de Relações Internacionais, a noção de que o sistema internacional passou a ser caracterizado por complexas interdependências sociais, políticas e económicas.” (Penedos, 2014: 15).

A ‘nova diplomacia de defesa’ surge com a procura de assegurar a prevenção dos conflitos e a manutenção de relações estáveis com outros países através de acordos bilaterais e multilaterais. A cooperação relaciona-se com o modo como se exerce, ou seja, é a imprevisibilidade e a volatilidade dos riscos e ameaças que tornam a cooperação mais necessária.

Segundo Penedos (2014: 20) pode designar-se esta nova diplomacia de diplomacia pública, favorecendo a cooperação e as relações interpessoais, contrapondo-a com a diplomacia tradicional que envolve um grupo de atores e interesses mais restritos,

“É baseada na premissa de que a imagem e a reputação de um país são bens públicos que podem criar um ambiente favorável para transações individuais. Trabalhar determinadas questões poderá causar e produzir impacto na imagem geral do país e poderá refletir-se em ambas as direções, positivas e negativas.” (Penedos, 2014: 21)

Assim “O sucesso e a eficácia da Diplomacia da Defesa dependerá, no entanto, da identificação e estabelecimento de interesses comuns que edificarão as bases da relação entre as partes.” (Penedos, 2014: 30).

Exemplo da mudança de pensamento e perceção de ameaças, é a aproximação do Reino Unido aos restantes países europeus relativamente à noção de uma defesa comum. Esta aproximação resultante das crises assistidas, como a da Bósnia e do Kosovo, que evidenciaram, inicialmente, a incapacidade da UE devido às divisões políticas no seio da mesma, relevaram mais uma vez a forte dependência relativamente aos EUA, e que “a luta ao lado destes se tornou uma tarefa difícil, mas que a harmonia da OTAN é para ser mantida” (Haine, 2004: 42). A posição do Reino Unido deve-se à perceção de que,

“A maneira de salvar a Aliança era através da Europa. Aos olhos dos britânicos, a defesa europeia tinha adquirido um valor agregado real.

Londres, num dramático afastamento das suas políticas anteriores, reconsiderou a sua posição de veto sobre a responsabilidade da Europa relativamente à sua própria segurança. Se a procura por influência era um tema recorrente em Londres, a escolha da Europa como forma de alcançá-la era de facto uma revolução diplomática.” (Haine, 2004: 43)

Esta mudança diplomática levou à rápida europeização do acordo de Saint Malo⁹ que “pode ser visto como o ponto de viragem na abordagem de Londres à Europa e como uma concessão francesa à legitimidade do Atlântico” (Haine, 2004: 43).

Em junho de 2000, na cimeira de Santa Maria da Feira (19 e 20 de junho de 2000), o Conselho Europeu listou quatro prioridades nas áreas as quais a UE procurava reforçar o seu desempenho como ator internacional, estas traduziam-se no reforço do estado de direito, administração civil, proteção civil e segurança interna, reforçando assim os aspetos não militares utilizados na gestão de crises, “Foi criado, por decisão do Conselho de 22 de Maio de 2000, um Comité para a Gestão Civil de Crises, que realizou a sua primeira reunião em 16 de Junho de 2000.”¹⁰ e reiterado o interesse em reforçar a capacidade militar da UE, o tema principal passou a ser a coerência da União em termos de ação e o foco a reforma do setor de segurança como uma ferramenta política da segurança externa.

“A Holanda envolveu-se no desenvolvimento da Reforma do Setor de Segurança de modo a melhorar a cooperação militar-civil. No início dos anos 2000, a cooperação estreita entre o Ministério de Relações Exteriores holandês e o Instituto Clingendael produziu uma intensa troca de informações, permitindo aos decisores políticos um conhecimento mais profundo em como adotar e implementar políticas relacionadas à Reforma do Setor de Segurança.” (Faleg, 2012: 174).

⁹ No dia 4 de dezembro de 1998 foi realizada, em Saint Malo, a cimeira que potencializaria a criação do futuro Tratado de Amesterdão (entra em vigor a 1 de maio de 1999) que viria reforçar o 2º Pilar da Comunidade Económica Europeia, a PESC.

¹⁰ Parlamento Europeu (2000) Relatório da Presidência sobre o Reforço da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa: III. Aspectos Cíveis da Gestão de Crises, ANEXO I - in http://www.europarl.europa.eu/summits/fei2_pt.htm

Em resposta à cimeira supra mencionada, o Tratado de Amesterdão vem reforçar a Política Europeia de Segurança Comum (PESC), permitindo à União Europeia celebrar acordos externos no âmbito da defesa, assim, tal como enumerado por Haine (2004: 44) é criado o posto de Alto Representante para a PESC pelo Secretário-Geral do Conselho; o Comité Político de Segurança (PSC), constituído por embaixadores de cada Estado-Membro, os quais se iriam encontrar duas vezes por semana em Bruxelas; tem-se a criação do Comité Militar da UE (EUMC), oficialmente composto por oficiais dos países membros, os quais passaram a ter a responsabilidade de aconselhar e recomendar a PSC, e o Conselho Europeu; e, por fim, a criação do Estado Maior da UE (EUMS) que contribuí para o planeamento estratégico e avaliação das situações.

Esta tendência virá a ser reforçada com o 11 de Setembro [de 2001] momento no qual as prioridades e a estratégia dos EUA se tornam menos visíveis à OTAN. A posição dos EUA em resposta ao ataque gerou uma pressão nos Estados Europeus que, ainda que reconhecessem a necessidade de cooperação e de combate ao terrorismo, reforçaram a narrativa, como salienta Gnesotto (2004: 16), de que os europeus têm de ter uma relação com os EUA e ‘outra’ com a OTAN. Tal como refere Haine (2004: 37), “em termos gerais, a PESC¹¹ desenvolveu-se em duas fases diferentes, a primeira como resposta a um desafio de segurança que era antes de tudo europeu e o segundo foi uma evolução exigida pelo contexto internacional após o 11 de setembro 2001”.

Tal como refere Nunes (2010: 61), num dos comunicados do Conselho Europeu (2003), é afirmado que nenhuma ameaça é puramente militar, não podendo a resposta exigida ser puramente militar. Como tal o método europeu tem-se desenvolvido e caracterizado pela preferência pela diplomacia preventiva através da reconciliação, reabilitação e reconstrução. De igual modo, é salientado pela autora que a própria natureza das ameaças tem impulsionado uma cooperação mais estreita e harmonizada. Assim, a cultura de segurança europeia emerge como um regime onde a segurança impera, na qual a estabilidade é um objetivo normativo e a cooperação internacional o instrumento principal para alcançá-lo, onde a força é utilizada como ‘último recurso’, promovendo a cooperação internacional e regional, no qual o desenvolvimento da segurança progride à medida que a interdependência entre os estados aumenta. Mas se a necessidade de uma Segurança Europeia é um imperativo, também o é a de uma cultura de segurança tendo

¹¹ Hoje denominada de PCSD.

em conta que cada Estado-Membro possui um olhar diferente para a política de defesa. Gnesotto (2004: 13) observa que o ano de 2003 marca um ponto de viragem significativo visto ser a data da primeira operação militar conduzida pela UE que, ao ser bem-sucedida provava, ainda que modestamente, que a PESD podia verdadeiramente contribuir para a estabilização de uma crise e/ou na prevenção de desastres humanos, além de que as operações ao serem realizadas dentro e fora da Europa, demonstravam um excelente sentido de organização, capacidade militar e habilidade política na divisão de capacidades entre a UE e a OTAN.

O Tratado de Lisboa traduz-se numa ‘repaginação’ do que seria uma constituição europeia e vem, entre outras alterações, salientar um renovado interesse e investimento na Política Comum de Segurança e Defesa, esta que, segundo o nº1 do artigo 42.º, “(...) garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares.”. Um dos pontos interessantes na análise de Nuno Severiano Teixeira (2010: 024) relativamente a estas alterações, é a,

“(...) inovação de carácter semântico, mas com um profundo significado político: a mudança de designação de Política Europeia de Segurança e Defesa para Política Comum de Segurança e Defesa. É a assunção formal na letra do tratado de que os estados-membros têm interesses comuns de segurança e defesa e que querem desenvolvê-los em conjunto.”

Também importante, e que reforça a ideia anterior, é a Cláusula de Solidariedade, artigo 222.º TFUE, e a Cláusula de Defesa Mútua, artigo 42.º, nº7 TUE “Se um Estado-Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance (...)”, sem prejuízo dos acordos e deveres para com a OTAN e as Nações Unidas (UN). No entanto, poder-se-á questionar se ao reconhecer as obrigações dos Estados-Membros relativamente à OTAN, mas não intrinsecamente a si, tendo em conta a falta de ‘obrigatoriedade’, se não fica, mais uma vez, relevado o, ainda, frágil empenhamento dos Estados-membros, “[Tratado de Lisboa] observa estritamente os compromissos assumidos pelos Estados-membros no quadro de outras organizações internacionais, por exemplo a NATO, das relações externas e bilaterais dos Estados-membros e das suas disposições constitucionais.” (Nunes, 2014: 153), tendo em conta ainda que grande parte das ações por parte da União Europeia começam onde as da OTAN terminam.

“(…) respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêm a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a política de segurança e defesa comum adoptada nesse âmbito.”
(artigo 42.º n.º 2 TUE)

Este ponto do artigo salienta a divisão entre a ‘tradicional dicotomia’ da concepção atlantista versus concepção europeísta/continental que tem sido palco de tímidos avanços e retrocessos na política de defesa e segurança europeia. As limitações operacionais da PCSD provêm da resistência dos governos europeus, mais do que da inabilidade da UE em assegurar a segurança, visto que tudo depende inteiramente da vontade dos estados, veja-se o exemplo no n.º 2 do artigo 45.º TUE, relativamente à Agência Europeia de Defesa. “[A Agência Europeia de Defesa] está aberta a todos os Estados-Membros que nela desejem participar.”, também no artigo 46.º n.º1 TUE, “[Estados-Membros] que desejem participar na cooperação estruturada permanente a que se refere o n.º6 do artigo 42.º, e que preencham os critérios e subscrevam os compromissos em matéria de capacidades militares previstos (...), notificam a sua intenção (...)”. Ainda assim, a implementação da PCSD tem contribuído para o reforço de uma cultura de segurança europeia, baseada esta em três dimensões: “desenvolvimento da governação securitária (...), abordagem abrangente (...) e adesão voluntária.” (Nunes, 2010: 60), e ainda que a adesão voluntária¹² possa por vezes atrasar o crescimento da PCSD, poder-se-á ver a mesma como um ponto extremamente positivo, afinal, pertencem a este grupo aqueles que realmente tencionam, à partida, crescer em grupo a nível europeu, aqueles que se aperceberam da necessidade de ter, pelo menos, uma alternativa, à que pode ser considerada a hegemonia dos EUA no garante da segurança europeia.

Poder-se-á discutir que a PCSD não é um instrumento de *hard power*, mas está devidamente capacitada para determinadas tarefas nas quais faz a diferença a nível regional e global em termos de segurança. Relembre-se Duke (2018: 24) quando refere que a UE está envolvida, através da ação da Comissão Europeia, em ações de proteção civil contra desastres humanos e naturais. Rocha, observa por seu lado que o enfoque da PCSD é a gestão de crises, “PCSD é essencialmente, porém, o instrumento que actua no

¹² Entenda-se como um envolvimento político por *vontade* e não por desejo de adquirir poder. (NUNES, 2010; 60).

domínio da gestão crises, (...) Para alguns seria um ‘braço armado externo’ da UE; para outros, o instrumento que permite à UE ganhar projecção, visibilidade e credibilidade externas, robustecendo-a.” (2011: 44), sendo extremamente interessante este autor aludir que a designação de “Gestão de Crises” pode ser utilizada para retirar um cunho demasiadamente identificado como militarismo. Ou seja, (Gnesotto 2004:21),

“(…) quanto mais os estados europeus introduzem uma dimensão militar nos poderes legítimos da União, mais eles fortalecem o papel da soberania nacional na construção europeia. Quanto mais militarizam a União, mais fundamentam a sua natureza intergovernamental; quanto mais fundamentam a matéria de defesa, mais enfatizam o veto.”

A UE tem vocação e recursos para o desenvolvimento de missões civis, sendo importante referir o acordo *Berlin Plus* que, entre outros aspetos, permite a troca de informações classificadas, acesso aos meios e capacidades da OTAN para ações civis e militares por parte da UE, e possibilita um mecanismo de consulta sobre a utilização dos meios e capacidades da OTAN pela UE.

“Os chamados acordos ‘Berlin-Plus’ fornecem a base para a cooperação OTAN-UE na gestão de crises, permitindo que a União Europeia tenha acesso aos ativos e capacidades coletivos da OTAN para operações lideradas pela UE, incluindo acordos de comando e assistência no planeamento operacional. Com efeito, permitem à Aliança apoiar operações lideradas pela UE nas quais a OTAN como um todo não está envolvida.”¹³

A forte capacitação da PCSD na gestão de crises, não deve ser vista como algo desencorajador às ambições de uma capacitação militar da UE, pelo contrário ao desenvolver uma capacidade civil cria-se uma base estável na qual a capacidade militar se desenvolve de maneira incremental. Em suma, pode-se analisar a PCSD como se fosse falássemos de Ortro¹⁴, um animal com uma “cabeça” militar, e outra civil em que o foco

¹³ NAC (2009) NATO’s relations with the European Union, Brussels, https://www.nato.int/summit2009/topics_en/21-nato-eu_strategic_partnership.html (Consultado a 08/09/2019).

¹⁴ Na mitologia grega Ortro é um cão de duas cabeças, irmão de Cérbero. Enquanto Cérbero pertencia a Hades e guardava o reino dos mortos, Ortro guardava o gado Gérion.

da defesa é o humanitarismo, o qual justifica a ação da UE e a centralização governamental.

No período entre 2010 e 2018, acentua-se a tensão da relação de poder, objeto de apreensão e incerteza agravados pela eleição de Trump nos EUA, o BREXIT na Europa, o terrorismo em solo europeu ‘tão perto de casa’ e o fluxo migratório resultante da guerra na Síria. O acumular dos receios e o aumento das incertezas, que pareceu invadir o ambiente, contribuiu para que o ano de 2016, em diante, se torne uma das épocas chave no crescimento da PCSD, “A 16 de setembro de 2016, em Bratislava, os Estados-Membros da UE reiteraram a sua intenção de reforçar a cooperação da UE no domínio da segurança externa e da defesa.” (Legrand, 2018: 3), como resposta às mudanças observadas no palco internacional.

Se a Estratégia Global da UE (2016)¹⁵ expressou a vontade de obter autonomia estratégica¹⁶ europeia e a ambição de que tal poderá fortalecer o crescimento político, a dezembro de 2016, a posição do Conselho vem reforçar e incentivar esta evolução ao afirmar que,

“Os europeus têm de assumir maior responsabilidade pela sua segurança (...) a Alta Representante apresentará, em particular, propostas sobre o desenvolvimento das capacidades civis, os parâmetros para uma análise anual coordenada em matéria de defesa a ser conduzida pelos Estados-Membros, o processo de desenvolvimento de capacidades militares tendo em conta os aspetos relativos à investigação e tecnologia (I&T) e os aspetos industriais, a criação de uma capacidade operacional permanente de planeamento e execução a nível estratégico, o reforço da pertinência, da facilidade de utilização e da capacidade de

¹⁵ Como prioridades da ação externa, são identificadas cinco: Segurança da União, no qual é reiterado o reforço dos contributos para uma segurança coletiva; Resiliência estatal e societal; Realização de uma abordagem integrada dos conflitos, reiterando a consolidação da paz; Apoio às ordens regionais de cooperação; por fim, Governança mundial para o século XXI, na qual a UE não se foca em criar uma ‘nova’ ordem mundial, mas em aperfeiçoar o que já existe, defendendo e apoiando uma ordem mundial baseada no direito internacional que tem como premissas o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos e o acesso a bens mundiais.

¹⁶ “Além disso, na medida em que prepara e conduz a acção hostil, ao mesmo tempo que arma a paz, a estratégia segue nisso a política enquanto função contínua, distinguindo-se adicionalmente da guerra pelo seu carácter durativo. É claro que nem sempre assim foi. A estratégia começou por ser estratégia operacional, conduta da guerra, mas evoluiu no sentido durativo que hoje a caracteriza.” (Fernandes, 2006; 19).

projeção do conjunto de instrumentos de resposta rápida da UE, os elementos e opções para uma cooperação estruturada permanente inclusiva, baseada numa abordagem modular e que delineie possíveis projetos, e a cobertura de todos os requisitos no âmbito da iniciativa.”¹⁷.

Como tal, a 7 de junho de 2017, a Comissão Europeia institui o Fundo Europeu de Defesa, sendo o objetivo deste o de “(...) coordenar, complementar e ampliar os investimentos nacionais na investigação em matéria de defesa, no desenvolvimento de protótipos e na aquisição de equipamentos e tecnologia de defesa.”¹⁸, efetivamente poder-se-á discutir que este fundo remete para uma reflexão sobre os atributos soberanos¹⁹ dos Estados-Membros “O Fundo criará incentivos para os Estados-Membros cooperarem no desenvolvimento e aquisição conjuntos de equipamentos e tecnologias de defesa, com cofinanciamento do orçamento da UE e o apoio prático da Comissão.”²⁰, e utiliza-a como instrumento de incentivo à cooperação mais estreita pois, “(...) Apenas serão elegíveis projetos colaborativos (...)”²¹.

A construção de uma União Europeia forte exige de todos os Estados-Membros uma forte vontade de união, possível apenas com a existência de um mesmo objetivo: a Segurança e Defesa da Europa.

¹⁷ Conselho Europeu 2016 – Conclusões do Conselho Europeu 15 dezembro, Bruxelas, p.3 (<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-34-2016-INIT/pt/pdf>)

¹⁸ Comissão Europeia, “Fundo Europeu de Defesa: 5,5 mil milhões de EUR por ano para reforçar as capacidades de defesa da Europa” – Comunicado de Imprensa Bruxelas, 7 de junho de 2017

¹⁹ Atributos estes que se encontram próximos das decisões soberanas dos Estados-Membros com implicações no domínio da política, defesa e da economia.

²⁰ Comissão Europeia, “Fundo Europeu de Defesa: 5,5 mil milhões de EUR por ano para reforçar as capacidades de defesa da Europa” – Comunicado de Imprensa Bruxelas, 7 de junho de 2017

²¹ *Idem ibidem.*

Capítulo II: Políticas Burocráticas

Em que consiste a noção de Políticas Burocráticas? O termo é muitas vezes descrito como um jogo de influências, segundo a definição de Allison *et al.* (1972: 43), a ação do governo é o resultado da discussão e negociação entre atores/jogadores hierarquicamente posicionados dentro do mesmo ambiente político. O autor refere ainda que os assuntos ligados à segurança nacional são diversas vezes considerados demasiado importantes para serem tratados como meros “jogos políticos”, e sublinha que em “todos os governos existe um círculo de intervenientes sénior que lida com matérias de Políticas de defesa nacional” (Allison *et al.*, 1972: 47). Para Allison *et al.* (1972: 47), estes atores assumem frequentemente uma dupla função como decisores e como peritos em matérias específicas no apoio à decisão, neste círculo encontram-se figuras com grande influência nas decisões entendidas como de elevada importância. Segundo o autor, esta mistura de intervenientes varia de acordo com o tema em causa, e é o próprio nível de ação que determina quem participa, como e em que medida. De acordo com o autor, por norma, detém mais influência os elementos de maior senioridade, hierarquicamente falando, liderando as decisões, enquanto que os mais novos são responsáveis pela execução. Ainda de acordo com Allison *et al.* (1972: 48) as áreas de interesse são diversas e estão divididas em:

- ✓ Interesses de segurança nacional;
- ✓ Interesses organizacionais ou aqueles que frequentemente dominados pelo desejo de manter a autonomia, levam as partes envolvidas a competirem por missões e posições, o que muitas vezes acaba por requerer colaborações organizadas entre comunidades de peritos;
- ✓ Interesses nacionais;
- ✓ Interesses pessoais.

Allison *et al.*, (1972: 57) considera que o cálculo estratégico de cada governo resulta numa tentativa de influenciar as ações do outro “o comportamento de cada nação é, portanto, explicado como uma reação ao comportamento do outro, quando este se apercebe de que o ‘jogo’ começou, deve decidir como agir, por sua vez a ação tomada implica um cálculo de como e quando deverá agir.”.

Uma questão importante, é o impacto que as decisões têm na reputação dos intervenientes em causa. Neste ponto Allison *et al.* (1972: 50) refere que os ‘jogos de decisão’

desenrolam-se de acordo com regras, dependendo o sucesso dos intervenientes das vantagens obtidas na negociação, da vontade e da capacidade no uso das mesmas, bem como da perceção que os restantes intervenientes têm sobre estas. O sucesso está intrinsecamente dependente do poder, da capacidade e dos recursos dos intervenientes. Sendo esse poder ou capacidade de influência em muito determinado pelo acesso à informação e conhecimento privilegiado. As vantagens de negociação prendem-se com a autoridade formal, o controlo sobre os recursos necessários, a responsabilidade de ação, o controlo sobre a informação que permite determinar que a decisão está a ser implementada. É neste sentido que Allison *et al.* (1972: 50) considera que,

“As vantagens de negociação resultam do controlo da implementação, do controlo das informações que permitem definir o problema e identificar as opções disponíveis, a persuasão com outros jogadores (incluindo jogadores fora da burocracia) e a capacidade de afetar os objetivos dos outros jogadores em outros jogos, incluindo jogos políticos ao nível doméstico.”

Poder-se-á concluir que a burocracia não é uma entidade “monolítica”, mas que consiste em diferentes unidades de organização as quais possuem preferências e ideias próprias sobre como solucionar os mais variados problemas. O trabalho de Allison *et al.* (1972: 57) ao longo da secção dois sobre “Interação entre Nações”, proporciona inúmeros exemplos de como as políticas burocráticas não são ‘escolhidas’ para determinados problemas, e que as soluções são fruto de compromissos, coligações, competições e perceções geradas entre governos distintos que avaliam uma mesma situação de maneira diferente.

II.1 – O exemplo da PCSD nas comunidades de peritos

Até ao Tratado de Amesterdão, poder-se-á dizer, que a burocracia possuía menor visibilidade dentro do seio da UE visto que grande parte do trabalho realizado era assegurado pelos diplomatas das capitais dos Estados-Membros. A edificação da PCSD levou à criação de novas estruturas em Bruxelas para além da já existente nas capitais dos Estados-Membros, sendo as decisões precedidas por um acompanhamento a diferentes níveis, observando conseqüentemente um reforço dos órgãos burocráticos europeus e nacionais naquele sentido. Assim, com a PCSD a requerer um alargamento de

competências com uma extensa coordenação entre a dimensão civil e militar, e um reforço da cooperação com parceiros, como seja a OTAN e a UN, e um aumento da “coerência relativamente a aspetos de política interna e externa da UE”²², tornou-se imprescindível uma rede de competências dentro das instituições em Bruxelas e nas capitais. A excessiva necessidade de mais funcionários especializados, devido a uma maior diversidade dos temas que passaram a integrar a agenda europeia, potenciou que diversos cargos fossem preenchidos por indivíduos provenientes de diferentes meios profissionais e académicos. Neste aspeto Vanhoonacker *et al.* (2010: 15) citam Dijkstra (2008) e observam que “A maioria das vagas foi preenchida por funcionários nacionais destacados²³, provenientes não apenas dos ministérios nacionais das Relações Exteriores, mas também de ministérios setoriais, como do Ministério de Defesa e o Ministério da Administração Interna.”. Esta multiplicidade de proveniências pode ter efeitos positivos e negativos. Por um lado, contribui para uma maior eficácia na tomada de decisão, devido à presença de indivíduos altamente qualificados e detentores de competências académico-profissionais distintas²⁴. Por outro, esta diversidade pode inclusivamente gerar rivalidades entre burocracias com consequências nefastas no combate a ameaças, tais como, a ameaça terrorista, devido, por exemplo, à competição entre agências por protagonismos e recursos. Rhinard e Boin (2009: 3) referem que “as políticas burocráticas podem assumir diferentes formas e ter efeitos distintos, variando de rivalidades abertas e de alta intensidade que dificultam a cooperação, a negociações fechadas e de baixa intensidade com o objetivo de encontrar um consenso”. Aqueles peritos com competências académico-profissionais distintas formam o que Faleg (2012: 168) identifica como “Os membros da comunidade de políticas de segurança e defesa”.

No plano da política externa, a complexidade da política europeia e a intensificação das operações civis e militares potenciou a criação de corpos administrativos vitais ao desenvolvimento da PCSD. Como tal, a formulação e implementação política tende a ser fruto da interação de variados intervenientes com diferentes papéis no contexto da governação, levando a que por vezes as interações se

²² Vanhoonacker *et al.*, 2010: 19.

²³ Segundo o EU Science Hub, European Commission pode-se caracterizar “seconded national experts” ou, neste caso, “seconded national officials” como funcionários nacionais e/ou internacionais que trabalham temporariamente para a Comissão Europeia.

²⁴ É relevante salientar também que Vanhoonacker *et al.* (2010: 19) considera que a integração das novas estruturas na hierarquia existente, e o processo interno de reorganização que acompanhou tal, despoletou rivalidades e tensões.

tornem mais burocráticas e menos diplomáticas²⁵. O potencial para uma burocratização de políticas pode por exemplo ser observada nas diferentes áreas do sistema político da UE, seja entre instituições europeias²⁶ Conselho, Comissão e Parlamento, entre as instituições dos Estados-Membros e as instituições europeias, e dentro dos próprios Estados-Membros. Vanhoonacker *et al*, (2010: 17) constata que devido à proximidade das áreas de defesa e segurança dos atributos soberanos do Estado, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros tem relevado relutância em conferir autoridade formal àquelas burocracias, embora o autor reconheça que por motivos funcionais deleguem competências específicas. Frequentemente “os funcionários europeus, em particular o Secretariado do Conselho, possuem mais informação sobre determinados contextos políticos do que os funcionários nacionais dos Estados-Membros.” (Vanhoonacker *et al.*, 2010: 18).

No plano da política interna, a questão da divisão de competências entre a Comissão e o Conselho leva a que, ao terem diferentes níveis de decisão sobre uma mesma matéria, se questione sobre quem efetivamente lidera²⁷, provocando “dificuldades e atrasos sobre as decisões políticas” (Rhinard e Boin, 2009: 9).

A complexidade da política nacional, europeia e internacional tem progressivamente obrigado estados e organizações a recorrer a comunidades de peritos e *think-tanks*, no apoio à formulação, decisão e implementação de políticas. A sua intervenção ocorre dentro de sistemas de decisão hierárquicos, que competem e cooperam entre si. É desta dinâmica que resulta uma crescente burocratização de políticas setoriais como a política externa, de segurança e defesa.

²⁵ Ainda segundo Vanhoonacker *et al*. (2010: 19) “poderiam ser organizadas mais pesquisas sobre a interação dos funcionários da PESD em torno dos dois temas centrais da alocação e coordenação de competências intrainstitucionais e interinstitucionais, bem como sobre o impacto das estruturas organizacionais nos resultados das políticas. Também o mapeamento de competências e mecanismos de coordenação na PESD permitiria uma melhor compreensão do processo de formulação de políticas do dia-a-dia, e identificaria as possíveis fragilidades em termos de duplicação, inconsistência e lacunas na formulação de políticas.”

²⁶ “Cada vez mais a Comissão, e o Conselho têm em si capacidade burocrática necessária para conduzir o processo político da UE” (Rhinard e Boin, 2009: 6).

²⁷ O Conselho Europeu tem poder de decisão, a Comissão apresenta sugestões, estudos e ideias, mas quem possui poder político é o Conselho Europeu.

Capítulo III: Instituto de Defesa Nacional

III.1 - Gênese e Evolução

Tal como menciona o Tenente-General Cabral Couto (2014a: 47), a experiência francesa das guerras subversivas, como seja da Indochina e da Argélia, vem potenciar a consciencialização da necessidade de conjugar todos os vetores do poder do Estado, e a ideia de uma defesa nacional de atividade interdepartamental que envolve e responsabiliza todos os ministérios, definindo o que compete a cada um, em termos de defesa nacional. Como exemplo deste investimento Couto menciona países como a França, a Inglaterra e o Brasil relativamente à atuação dos diferentes setores do Estado, dando o exemplo que “[Inglaterra] Já depois da II Guerra Mundial criou um outro Instituto, de matriz militar, mas aberto a civis (...) Destina-se (...) a conseguir que segmentos importantes da esfera civil compreendessem adequadamente a problemática, as missões, as tarefas e as necessidades das Forças Armadas, inclusive nas áreas da investigação e da produção industrial.” (2014a: 48).

Em 1967 surge em Portugal o primeiro instituto a dedicar-se à investigação, estudo e divulgação da defesa nacional, o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN), no entanto, ainda que promissor, o Decreto de Lei nº 635/748 de 20 de novembro suspendeu as atividades do IAEDN sem data de concretização, sendo considerado que a “actual conjuntura que o País atravessa[va] é[era] incompatível com o exercício regular das funções atribuídas (...)”. Mas, como se pode hoje comprovar, os ventos estavam a favor do atual Instituto, tendo o seu antecessor iniciado “(...) estudos diversos sobre aspectos nacionais e internacionais de interesse para a Defesa Nacional e conferências sobre temas com o mesmo objetivo conduzidas por entidades nacionais e estrangeiras” (Alves, 2014: 13), foi rapidamente,

“(...) considerado oportuno e indispensável recomeçar as actividades de um instituto em condições de estudar os problemas fundamentais ligados à defesa nacional e que, paralelamente, garanta a preparação dos oficiais dos escalões superiores das forças armadas (FA) nos assuntos comuns aos três ramos; Considerando ser vantajoso aproveitar esse órgão para a análise e debate de matérias do domínio sócio-político e da posição das FA no contexto da Nação;” (Decreto-Lei nº550-D/76).

Assim nasce o Instituto da Defesa Nacional (IDN) a 12 de julho de 1976.

Quando se analisa o efetivo nascimento do IDN, é-lhe atribuída a missão de contribuir para a definição de uma doutrina de defesa comum e contribuir para a valorização dos quadros dos três ramos das forças armadas, assim como para o esclarecimento “através do estudo e discussão dos grandes problemas nacionais e da conjuntura internacional, da análise da situação sócio-política e da posição das FA no contexto da Nação;” (Decreto-Lei nº550-D/76), para cumprir estes desígnios, o mesmo organizaria anualmente cursos e estágios, tanto para militares como para civis. Na sua génese o IDN é uma ponte entre a esfera militar e a esfera civil, de acordo com Couto (2014b: 64), destinava-se a vencer a barreira civil-militar, possibilitando que os quadros qualificados do meio civil e militar debatessem entre si, como iguais, as grandes questões mundiais e nacionais, vencendo assim a barreira interforças que culminava num excessivo corporativismo dos Ramos das Forças Armadas. Relevando ainda que o Instituto teria de vencer as barreiras entre os setores mais qualificados da sociedade civil que se agudizavam perante a luta ideológica e partidária que ocorria em Portugal, no período pós PREC²⁸, o qual culminou com o golpe de 25 de novembro de 1975.

Hoje o IDN é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, científica e pedagógica²⁹, com sede na Calçada das Necessidades (nº5) em Lisboa, e uma Delegação no Porto³⁰ (IDN Porto).



Figura 1 - Organograma do Instituto da Defesa Nacional.

²⁸ Processo Revolucionário em Curso

²⁹ Artigo 1.º do Decreto-Regulamentar n.º 7/2015.

³⁰ Decreto-Regulamentar n.º 7/2015

Como se pode observar pela Figura 1, o IDN possui, a par da Direção, um Conselho Científico de natureza consultiva, no qual se encontra o Diretor-Geral do IDN, o/a Chefe do Centro de Estudos e Investigação, os Investigadores e/ou Assessores do IDN com comprovada e justificada competência científica, entre outros funcionários do IDN devidamente convidados pelo Diretor. Este Conselho tem como atribuições,

“a) Pronunciar-se sobre os projetos de investigação científica que lhe sejam submetidos pelo Diretor-Geral do IDN, sendo estes, em princípio, todos os que não tenham classificação de segurança, ou carácter confidencial ou não obedeçam a acordos bilaterais ou multilaterais do IDN com outras instituições nacionais ou estrangeiras; b) Pronunciar -se sobre as linhas gerais de orientação estratégica do IDN, que lhe serão apresentadas pelo Diretor-Geral; c) Pronunciar -se sobre outras questões de natureza pedagógica, científica ou cultural que lhe sejam apresentadas pelo Diretor-Geral do IDN.” (Artigo 2º do Despacho n.º 11369/2015, D.R. n.º 199).

A presença deste Conselho Científico constitui uma mais valia para o rigor da investigação realizada no Instituto, as reuniões permitem a delimitação dos objetivos e meios de alcançar e uniformizar ambições estratégicas dos estudos realizados por parte do mesmo.

Para o Centro de Estudos e Investigação (CEI), foi adotado um modelo matricial com a criação de uma equipa multidisciplinar. Tal como o nome indica, o CEI é responsável pelo desenvolvimento dos estudos e projetos de investigação aprovados pelo Diretor-Geral do IDN.

Parte importante para o funcionamento do IDN é a delegação do Porto. Uma vez que a posição estratégica desta delegação facilita o contacto com a população mais jovem do Norte do país e descentraliza Lisboa, permitindo uma melhor difusão e conversão de conhecimento.

Relativamente aos Serviços, foi contemplado uma estrutura nuclear com um modelo hierarquizado, tendo assim apenas uma Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos (DSPGR) ao invés das duas divisões que existiam anteriormente. Tal como o nome indica, a DSPGR coordena as atividades logísticas diárias do IDN, sobre

esta recaem tarefas que vão desde o planeamento de atividades, como deslocações de oradores convidados para palestras e cursos do IDN, até às necessidades mais básicas de um Instituto.

III.2 – Missão do IDN

A missão do IDN prende-se com “apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação nos domínios da segurança e defesa”³¹, tornando-se um difusor de conhecimento ao albergar e permitir a discussão entre especialistas e interessados, “O IDN seria um local de prestação de informação e de debate de ideias, não de imposição de conceitos, etc.” (Couto, 2014b: 65), onde se expõe os mais variados temas que se interligam com a defesa e estratégia.

Segundo o plano de atividades do IDN de 2017, são identificados os quatro vetores de ação pelo qual o Instituto se rege, nomeadamente a Investigação, Formação, Sensibilização e Divulgação, e, por fim, a Cooperação Internacional. Dentro destes vetores encontram-se variadas atividades intrinsecamente ligadas à difusão do conhecimento relativamente à segurança e defesa, assim se enquadram:

Os Grupos de Reflexão, diretamente inseridos nas atividades de investigação do IDN, são extremamente diversificados nos temas que abordam e procuram criar um ambiente academicamente rico que proporcione um espaço de informação e discussão sobre os problemas mais atuais e as perspetivas futuras. Estes grupos caracterizam-se por, ainda que não exclusivos, possuírem um público reduzido e especializado para cada tema tratado, provocando a discussão, a partilha de ideias e experiências, troca de perspetivas e o estabelecimento de relações interinstitucionais e interdisciplinares entre participantes, que possibilitem um crescimento intelectual. De salientar ainda que o registo *Chatham House*³² destes grupos possibilita um debate aberto.

Também os Seminários e as Conferências realizadas pelo IDN procuram estabelecer a ponte entre especialistas e não especialistas das áreas em questão, colocando em contacto pessoas de diferentes ambientes académicos e profissionais, incentivando a partilha de diferentes perspetivas relativamente a uma mesma matéria. Saliente-se ainda

³¹ Artigo 2.º do Decreto-Regulamentar n.º 7/2015.

³² Caracteriza-se por um registo no qual não se pode revelar que afirmações usaram as autoridades durante a discussão.

que é possível estabelecer ligações entre os Seminários e Conferências e as outras atividades do Instituto Nacional de Defesa, como seja com os Grupos de Reflexão e as investigações realizadas, permitindo alguma divulgação e o aprofundamento dos temas tratados pelo Instituto.

Algo especialmente benéfico, na ótica da estagiária, é a presença dos jovens (16 ~ 21 anos), seja através do convite às universidades ou pelo convite às escolas secundárias. A presença das gerações mais novas, permite uma enriquecedora experiência devido à confrontação com especialistas, possibilitando a alguns um ambiente propício à descoberta de percursos académicos e/ou profissionais, e, quando estes jovens participam no debate, permite aos conferencistas e restantes convidados, contacto com visões imparciais que podem incidir numa maneira inovadora de abordar o assunto. No entanto, algo que o IDN deve procurar melhorar, é prestar especial atenção no convite a alunos de áreas próximas ao tema de discussão, assim como pedir aos conferencistas que preparem intervenções ou comunicações que apelem às gerações menos familiarizadas com os termos e questões técnicas.

A divulgação científica e análise política podem ser enquadradas nas diversas publicações que o IDN realiza, nomeadamente a *Nação e Defesa*; *Atena*; *IDN brief*; *E-Briefing Papers* e *IDN Cadernos*, sendo que cada uma destas publicações apresenta características específicas:

- a) A revista *Nação e Defesa*, de publicação periódica, começou a abril de 1976 e deste então dedica-se à abordagem de questões enquadradas no âmbito da defesa e segurança, tanto na esfera nacional como internacional. Esta publicação tem como premissa proporcionar um espaço aberto ao intercâmbio de ideias, correntes teóricas e perspectivas relativamente às questões de segurança e defesa. Por norma possuem um tema geral e contam com a participação de diferentes autores que enquadram os temas discutidos no âmbito da publicação. De salientar que, quando aprovado pelo Conselho Científico, o conteúdo do artigo permanece da inteira responsabilidade dos autores. Estas publicações estão disponíveis para compra, mas, após o período de embargo legal, podem ser encontradas na íntegra no site do IDN em versão PDF;
- b) A coleção *Atena* começou em 1998, e caracteriza-se por ser o resultado de investigações desenvolvidas pelos assessores do IDN, ou, em determinados casos, teses de doutoramento de importância científica no âmbito da Segurança e Defesa

Nacional e Internacional. Tendo em conta que se trata do resultado de investigações, nenhuma das edições Atena se encontra *online*, estando apenas disponível para compra;

- c) Em 2006 tem-se a primeira edição do IDN Cadernos, nesta publicação culminam os resultados dos trabalhos de investigação promovidos pelo IDN. Dentro dos diversos temas abordados, poder-se-á encontrar artigos de conhecidos investigadores e de jovens licenciandos³³ ou mestrandos. Estando, novamente, o conteúdo do artigo sobre inteira responsabilidade dos autores e disponível na íntegra no site do IDN em versão PDF;
- d) No IDN *Brief* pode-se encontrar pequenos artigos de opinião sobre a Segurança e Defesa realizados pelos Assessores do IDN e/ou outros investigadores, os quais se encontram disponíveis no site do IDN. Por sua vez, os *E-Briefing Papers*, dividem-se em três categorias: *Policy Papers*, *Strategic Papers* e *Working Papers*, e são trabalhos de cariz extremamente específico, realizados pelos investigadores residentes e associados do IDN. Encontrando-se apenas alguns publicados *online*.

Por fim, diretamente ligados ao vetor da formação, encontram-se os Cursos e Pós-graduações que procuram analisar e apresentar o leque variado da Defesa e Segurança, com tal, o Instituto organiza quatro Pós-Graduações³⁴ e doze Cursos³⁵. Estes oferecem aos interessados a possibilidade de serem orientados por especialistas, mantendo sempre o exercício de debate e, ainda que Lisboa e Porto predominem, envolvem jovens de diferentes pontos do país, com tal, o IDN procura disponibilizar, como seja através de videoconferências, o leque de formações que possui a todos os interessados. Dentro das parcerias do IDN, é importante sublinhar o investimento na realização de cursos

³³ Desde de 2017 que o IDN publica os artigos submetidos no âmbito do “Seminário IDN Jovem”.

³⁴ Nomeadamente, Pós-Graduação em “Estudos Estratégicos e de Segurança” (parceria com NOVA FCSH), Pós-Graduação em “Gestão de Informações e Segurança” (parceria com a NOVA-IMS e o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), Pós-Graduação em “Políticas Públicas de Segurança e Defesa Nacional” (parceria com o ISCTE), Pós-Graduação em “Relações Internacionais da Ásia Contemporânea” (parceria com a Universidade Autónoma de Lisboa).

³⁵ Curso Livre de Análise Estratégica, Geoeconomia e Prospetiva , Curso de Análise de Dinâmicas Regionais de Segurança e Defesa, Curso de Atualização de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional , Curso de Cidadania e Segurança, Curso de Defesa para Jovens, Curso de Defesa Nacional, Curso de Formação de Formadores dos “Cursos Voluntários da Defesa”, Curso de Gestão Civil de Crises, Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises, Curso Intensivo de Segurança e Defesa, Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas e Curso Pós-Graduado em “Direito da Defesa Nacional”.

internacionais³⁶ em parceria com o Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD) da União Europeia, e o IHEDN (*Institute for Higher National Defense Studies*).

³⁶ Curso de Gestão de Crises (*Course on Civilian Aspects of Crisis Management*) e Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço (*Course on the challenges of European cybersecurity*).

Capítulo IV: *Think-Tanks*

Comumente designada como a era da informação, o século XXI faz jus a seu nome através de recursos como os *think-tanks*. O termo inglês *think-tank*, que para este trabalho será traduzido³⁷ para equipas investigação, aplica-se a algo como uma comunidade de peritos que proporcionam estudos/pesquisas sobre questões políticas a governos e/ou centros de tomada de decisão que, “ao competirem no ‘mercado de ideias’ promovem o pluralismo político e estimulam a participação dos atores políticos e cidadãos” (Balfour, 2017: 8). Poder-se-á então considerar estas equipas de investigação como locais de fermentação de ideias, onde os dados recolhidos e estudados são analisados com o intuito de criar soluções, muitas vezes, inovadoras. Podendo as equipas de investigação ser divididas, segundo o “2017 Global Go To Think Tank Index Report” por McGann (2018: 9), em sete categorias de acordo com a independência dos mesmos, nomeadamente como sendo autónomos e independentes, quase independentes, afiliados a governos, quase governamentais, afiliados a universidades, afiliados a partidos políticos e, por fim, corporativos.

Refletindo na necessidade de fundamentação por parte da UE numa defesa europeia e nas dificuldades que têm surgido, pode-se questionar a importância destes *think-tanks* para o fortalecimento e crescimento da PCSD tendo em consideração de que se está a lidar com comunidades dedicadas à investigação dos mais diversos temas. Apesar de Balfour (2017: 7) referir a diminuição do financiamento público na Europa, a importância destas equipas investigação, tem ficado evidente pela continuada propagação dos mesmos, observe-se que segundo o “2018 Global Go To Think Tank Index Report” existiam 8.248³⁸ *think-tanks* no mundo, dos quais 2.219³⁹ se encontravam na Europa⁴⁰. Partindo desta constatação, será expectável que aquelas instituições proporcionem com base nas necessidades e recursos inerentes à problemática de uma cultura de segurança e defesa europeia, um entendimento aprofundado sobre contextos e condicionantes político-estratégicos no espaço europeu e transatlântico.

³⁷ A tradução para português poderá ser realizada para: Grupos de Reflexão; Bancos de ideias; Laboratório de ideias ou grupos de pesquisa, equipas de pesquisa.

³⁸ Em 2017 o número total era de 7.815 (McGann, 2018: 36).

³⁹ Note-se ainda que também o número de grupos de pesquisa na Europa aumentou de 2.045 em 2017 (McGann, 2018: 36) para 2.219 em 2018 (McGann, 2019: 35).

⁴⁰ McGann, 2019: 35.

O contributo nacional na era dos *thinks-tanks*

A complexidade das políticas sectoriais no seio da União Europeia, nomeadamente a PCSD, têm contribuído para a expansão e disseminação de comunidades de peritos que, heterogéneas na sua composição, apoiam as decisões política e informam o conhecimento científico. Se considerarmos uma estrutura hierárquica, poder-se-á considerar os *think-tanks* como estando posicionados na base, as comunidades de peritos no nível intermédio e os decisores políticos no topo da estrutura.



Figura 2 - Estrutura Hierárquica.

Tal como referido⁴¹, por comunidades de peritos entende-se aqueles que integram formalmente a estrutura de um governo nacional ou, de uma instituição, no trabalho de apoio aos decisores políticos. Por seu lado, os *think-tanks*, como referido por McGann (2018: 9) podem ser autónomos, governamentais ou não governamentais, e podem ou não ter uma natureza corporativa, podendo os estudos que realizam não ter a finalidade imediata de influenciar uma decisão política, mas ao invés provocar a discussão e reflexão pública e/ou entre peritos sobre determinadas matérias. Em ambos os casos, toda e qualquer decisão, recaí sobre o decisor político, aquele que, rodeado por assessores e peritos, irá decidir qual das opções melhor se adapta à resolução de desafios e problemas.

Neste contexto importa assim considerar, qual a contribuição que uma instituição nacional, como o IDN, poderá fornecer à compreensão da construção da Política Comum

⁴¹ Secção II.1 do capítulo dois, p.25

de Segurança e Defesa? Como referido no primeiro capítulo do presente relatório, as heranças históricas dos países europeus constituem um dos motivos apontados para uma certa resistência dos Estados-Membros à construção de uma política comum de segurança e defesa, resultado das diferentes culturas de segurança e defesa nacionais. Um estudo detalhado sobre as culturas e estratégias adotadas pelos Estados-Membros poderia contribuir para o encontro de denominadores comuns facilitando a identificação de pontos de ligação entre os interesses nacionais e europeus, matéria sobre a qual o Instituto da Defesa Nacional tem desenvolvido reflexão.

McGann (2019: 38) no relatório “2018 Global Go To Think Tank Index Report”, identifica em Portugal 25 *think-tanks* de entre os quais o Ministério dos Negócios Estrangeiros⁴² identifica em Lisboa cinco instituições com este estatuto, nomeadamente a Euro-defense Portugal, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Instituto Português de Relações Internacionais, o Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança e, por fim, o Instituto da Defesa Nacional.

Ao ser reconhecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros como um *think-tank*, é reconhecido ao Instituto da Defesa Nacional o estatuto de centro de investigação e reflexão, tendo um lugar central na formulação de uma cultura estratégica de defesa nacional. A sua atividade organiza-se em três grandes níveis: Investigação, Sensibilização/Divulgação e Formação.

No âmbito da investigação esta tem sido reforçada em quatro eixos.

Em primeiro lugar através do investimento na investigação e aprofundamento de parcerias com instituições congéneres internacionais. Em segundo, através da produção de sinergias entre o IDN e os ramos das forças armadas portuguesas, que permita o desenvolvimento do conhecimento sobre a relação entre aqueles e a sociedade civil no plano da segurança e defesa nacional. Em terceiro lugar, a relação privilegiada que tem no âmbito das instituições de defesa nacional e que lhe permite o acesso a informação especializada e essencial ao entendimento das dinâmicas e mudanças no campo político, geopolítico, social, económico na resposta aos desafios nacionais e internacionais. Em último lugar, a existência de investigadores, cujos projetos de investigação, cobrem um vasto leque de áreas temáticas com particular ênfase sobre o estudo da defesa e segurança,

⁴² Site da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre “*Think-Tanks* em Lisboa”: <https://www.ue.missaoportugal.mne.pt/pt/think-tanks-em-lisboa> [Consultado a 23/09/2019]

sobre a política externa e de defesa comum europeia, sobre a relação transatlântica, sobre os desafios da cibersegurança, estudos da área sobre o norte de África e Médio Oriente, relevantes para o conhecimento científico, no suporte a comunidades de peritos e no apoio técnico à tomada de decisão do Ministério da Defesa Nacional.

No âmbito da sensibilização/divulgação esta articula-se em torno da organização de seminários, conferências e Grupos de Reflexão e debate, sobre temas relacionados com a defesa e segurança nacional, europeia e internacional. Os diversos seminários e conferências realizadas pelo Instituto da Defesa Nacional, contam com oradores especializados provenientes de diferentes países e instituições, *think-tanks*, e representantes institucionais que partilham conhecimento e promovem o debate com participantes nestas atividades (diferenciados em termos de idade e ambientes profissionais/académicos). Também os Grupos de Reflexão⁴³ que abordam os diferentes temas ligados à segurança e defesa europeia, transatlântica e internacional são compostos por um núcleo especializado, desde especialistas a investigadores e representantes institucionais, atividades estas que posicionam o IDN num plano de apoio técnico privilegiado ao processo de tomada decisão.

O IDN tem afirmado a sua capacidade de afirmação internacional seguindo um objetivo comum desde a sua fundação, através de iniciativas de cooperação no domínio da investigação, sensibilização e divulgação com instituições como o instituto Clingendael, Carnegie Europe, Instituto de Segurança da UE, bem como o Serviço Europeu da Ação Externa, OTAN e a Agência Europeia de Defesa. Com esta ação cooperativa o IDN tem contribuído singularmente para a promoção da investigação e reflexão da defesa europeia, transatlântica e nacional.

O terceiro nível de intervenção do IDN reporta-se à atividade formativa que integra um vasto conjunto de cursos temáticos disponibilizados pelo IDN. Como referido, no Capítulo III⁴⁴ do presente relatório, o IDN realiza anualmente quatro Pós-graduações em parceria com Universidades Portuguesas, sendo uma delas em cooperação com o SIRP, doze cursos nacionais e dois cursos internacionais. O público alvo é diversificado variando de acordo com os objetivos, o nível de exigência e especialidade do curso. Alguns exemplos são as Pós-Graduações que se destinam a estudantes universitários e/ou indivíduos com experiência académica, o Curso de Defesa Nacional que é

⁴³ Cf. Secção III.2, Capítulo III, p.30.

⁴⁴ Cf. Secção III.2, Capítulo III, p.32.

particularmente relevante para profissionais que exercem a sua atividade liberal ou nas instituições do Estado no quadro das várias políticas sectoriais, e o Curso Cidadania e Segurança que se destina à formação de professores do ensino básico e secundário em matérias de segurança e defesa, permitindo uma aproximação entre professores, estudantes e as instituições de defesa.

Todos os cursos são homogéneos na premissa de investigar, ensinar e de instigar o debate, abordando várias dimensões dentro de um grande tema: a segurança e defesa nacional e internacional. Através destas, o IDN tem contribuído para a formação de especialistas, apoiado a formulação do pensamento estratégico nacional e desenvolvido e reforçado sinergias entre civis e militares, dentro de um espírito de que gerações formadas são gerações preparadas.

Capítulo V: Estágio

Durante o período de setembro 2018 a março de 2019 foram realizadas atividades de componente diversificada. A participação da estagiária deu-se pelo envolvimento em diversos e diferentes Grupos Reflexão, Seminários Nacionais e Internacionais, Cursos do IDN, entre outras reuniões e eventos internos. Durante o período de estágio, a estagiária participou em nove Grupos de Reflexão, sete Seminários, duas Mesa Redonda, três conferências, entre outras atividades.

V.1 – Grupos de Reflexão

No dia 25 de setembro 2018 teve início a 1ª Reunião do Grupo de Reflexão sobre "Resiliência Cibernética" (1ª Reunião GRRC), tendo como organizador o Sr. Coronel Barbas. A participação, neste dia em específico, contou com o encaminhamento e recepção dos convidados pelos estagiários e presença na conferência de Phillip S. Lark, denominada de "Cyber Resilience - a Whole Government Approach".

No dia 22 de outubro 2018 realizou-se a 2ª Reunião do Grupo de Reflexão sobre "Resiliência Cibernética", que contou com a apresentação do Contra-Almirante Gameiro Marques, diretor o Gabinete Nacional de Segurança, com o tema de "A Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2.0". À semelhança da anterior reunião do Grupo de Reflexão, a participação da estagiária prendeu-se com o encaminhamento e recepção dos convidados e presença na conferência.

A avaliação deste grupo de reflexão é extremamente positiva devido à crescente importância do tema. A segurança constitui-se como um tema relevante com implicações a diferentes níveis da atividade humana, não é, portanto, de admirar que a importância da esfera cibernética esteja a crescer exponencialmente. O objetivo deste grupo de estudo prende-se com a partilha de informação e discussão das atividades cibernéticas, como sejam possíveis ataques e métodos de defesa perante tais. Sendo o grupo constituído por entidades ligadas à segurança e tecnologias de elevado relevo na sociedade portuguesa, o apoio técnico à tomada de decisão no plano dos desafios do ciberespaço, cibersegurança e ciberdefesa é uma possibilidade.

No dia 9 de outubro 2018 realizou-se a 9ª Reunião do Grupo de Estudos sobre "Terrorismo e Violência Política", organizada pelo Prof. Doutor Bruno Cardoso Reis e o Coronel Alberto Marinheiro. A participação neste grupo de estudos, traduziu-se pelo

contribuiu na organização da sessão que contou com a presença de Bibi Van Ginkel, investigadora do ICCT e coordenadora do Cluster de Segurança do Departamento de Pesquisa do Instituto Holandês de Relações Internacionais 'Clingendael'. Tendo de seguida assistido à conferência intitulada de “The EU’s policies on counter-terrorism. Relevance, Coherence and Effectiveness” e participado no debate.

A 10ª Reunião do Grupo de Estudos sobre "Terrorismo e Violência Política", de dia 26 de outubro 2018, contou com a participação de Peter Neumann, Professor de Estudos de Segurança no Departamento de Estudos de Guerra e diretor do Centro Internacional para o Estudo da Radicalização, que apresentou o tema de “Combatentes Estrangeiros e a Ameaça dos Retornados”. À semelhança da participação anterior de dia 9 de outubro 2018, a estagiária ajudou nos preparativos da sessão, tendo assistido à mesma e prestado apoio ao debate.

À semelhança do grupo de reflexão sobre "Resiliência Cibernética", também o Grupo de Estudos sobre "Terrorismo e Violência Política" é avaliado de forma positiva. O tema além de extremamente relevante permite a ligação com múltiplas áreas relevantes para a segurança e defesa, por exemplo na relação entre a ameaça terrorista e o ciberespaço.

No dia 19 de outubro 2018 realizou-se a 6ª Reunião do Grupo de Estudos sobre "Segurança Energética" (GESE), coordenada pelo Prof. Doutor Vasco Rato com a colaboração adjunta do Prof. Doutor António Paulo Duarte. Nesta reunião foram apresentados “Os cenários sobre a relação energética euro-russa no horizonte de 2030”. A participação neste Grupo de Estudos contribuiu para os preparativos da sessão, tendo a estagiária assistido à exposição dos cenários pelo Prof. Doutor Félix Ribeiro, Docente do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e professor convidado.

A avaliação deste Grupo de Estudos é positiva, no entanto, tendo em conta que a estagiária não teve a oportunidade de ler o estudo não publicado apresentado nesta sessão, não é possível avaliar de forma integral o mesmo.

No dia 5 de dezembro 2018 realizou-se a 24ª Reunião do Grupo de Reflexão Europa, anteriormente denominado de Grupo de Estudos sobre “Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia, coordenada pela Prof.ª Doutora Isabel Ferreira Nunes. Para esta sessão sobre “O BREXIT e o acordo técnico entre a EU e o Reino Unido”, contou-se com a presença do embaixador João de Vallera como orador. Tendo a participação da

estagiária consistido no apoio organizacional, como seja elaborar a nota biográfica, redigir os convites institucionais, elaborar a listas de convidados e proceder à sua constante atualização, assegurar a receção do orador, e por fim, ajudar o núcleo de Planeamento na realização de placas de convidados inesperados. Tendo permanecido na sessão, não apenas para assistir à exposição, mas para adjuvar caso necessário.

No dia 14 de fevereiro 2019 realizou-se a 25ª Reunião do Grupo de Reflexão Europa, coordenada pela Prof.ª Doutora Isabel Ferreira Nunes. Esta sessão contou com a presença, como oradores, do Professor Doutor António Costa Pinto, Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Convidado no ISCTE, e da Professora Doutora Irene Flunser Pimentel, Investigadora do IHC (NOVA FCSH), estando a sessão subordinada ao tema “Democracia, Representação Política e os Movimentos Populistas na Europa”. A participação da estagiária nesta sessão caracterizou-se pela semelhança de desempenho na sessão anterior de dia 5 de dezembro.

A 26ª Reunião do Grupo de Reflexão Europa, coordenada pela Prof.ª Doutora Isabel Ferreira Nunes, e última a que a estagiária assistiu, realizou-se no dia 14 de março de 2019. Subordinada ao tema “European Defense Cooperation” contou com a participação, como oradores, do Tenente-General Esa Pulkkinen, Tenente-general e atual Diretor-Geral do Estado-Maior da União Europeia (UE), e do Doutor Jorge Aranda, Diretor da Direção de Serviços de Segurança e Defesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Novamente, a participação da estagiária ocorreu nos moldes anteriormente referidos.

Após assistir à 26ª Reunião do Grupo de Reflexão Europa, a estagiária procedeu à pré-preparação da 27ª Reunião do Grupo de Reflexão Europa “Europe Security Challenges in the Sahel Region” proferida por Giovanni Faleg que decorreu no dia 11 de abril 2019.

O Grupo de Reflexão Europa contou sempre com a presença de reputados oradores, da área da política externa de segurança e defesa portuguesa, europeia e internacional, constituindo-se eles próprios como uma comunidade de peritos que encontravam nas reuniões um ambiente propício ao debate e à reflexão. A avaliação do Grupo de Reflexão Europa é extremamente positiva. Encontrando-se diretamente relacionada com a área de estudos da estagiária, os temas foram de extrema importância académica, contribuindo substantivamente para o presente relatório e interesse sobre futuros estudos.

V.2 – Seminários Internacionais

O primeiro seminário realizado no período de estágio, caracteriza-se por ser um Seminário Internacional em concordância com o, anteriormente referido, Grupo de Reflexão sobre "Resiliência Cibernética". Realizado no dia 26 de setembro⁴⁵ 2018, contou com a presença de Philip S. Lark, diretor do Programa “Cyber Security Studies” da George C. Marshall European Center for Security Studies, que discursou sobre alguns dos aspetos vitais à resiliência cibernética e os desafios à mesma, o Sr. Engenheiro José Lino dos Santos, Subdiretor Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), e o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Hélder Fialho de Jesus, Chefe do Centro de Ciberdefesa (CCD), que apresentaram o painel de “Cibersegurança & Ciberdefesa”, respetivamente. A participação da estagiária traduziu-se no coadjuvar os organizadores deste evento.

O objetivo do seminário prendeu-se com o informar e discutir a necessidade de se criar uma resiliência cibernética e a importância do investimento na cibersegurança e ciberdefesa tornando o próprio tema mais familiar a um público mais abrangente.

O segundo Seminário Internacional realizou-se no dia 6 de dezembro⁴⁶ de 2018 subordinado ao tema “A Geopolítica do Gás e o futuro da Relação Euro-Russa no Horizonte de 2035”⁴⁷ teve como conferencistas o Professor Doutor António Costa Silva, o Dr. Aleksei Grivach, vice-diretor geral das questões de gás do Fundo Nacional de Segurança Energética, a Professora Doutora Licínia Simão, e a Professora Doutora Maria Raquel Freire, que debateram sobre “A Relação Energética Euro-Russa: atores e desafios”, o último painel do seminário caracterizou-se pela apresentação dos resultados da cenarização do projeto de investigação a cargo da Professora Doutora Carla Patrício Fernandes e do Professor Doutor José Félix Ribeiro. A participação da estagiária prendeu-se com a receção dos convidados, o acompanhamento da sessão e apoio ao debate.

O objetivo deste seminário era apresentar e discutir os vários cenários perspetivados relativamente às relações Euro-Russas ao nível do fornecimento de gás natural.

⁴⁵ Coordenado pelo Coronel João Barbas.

⁴⁶ Coordenado pelo Professor António Paulo Duarte.

⁴⁷ De referir que entre o público se encontravam meios jornalísticos, nomeadamente o Expresso, produzindo a seguinte notícia: <https://expresso.pt/internacional/2018-12-06-Europa-pagara-elevada-fatura-pelos-precos-da-energia-se-prescindir-da-Russia> [Consultado a 25/09/2019].

O terceiro seminário intitulado “Europa e Migrações” decorreu no dia 18 de dezembro⁴⁸ de 2018, tendo como *keynote speech* a Senhora Deputada à Assembleia da República, Constança Urbano de Sousa com o tema “A securitização das migrações e suas consequências”, e o painel subordinado ao tema “Fluxos migratórios: um desafio às sociedades contemporâneas” com intervenções do Dr. Vasco Malta, do Professor Doutor Gonçalo Saraiva Matias e da Professora Doutora Teresa Rodrigues e moderação pelo Coronel Alberto Marinheiro. A participação da estagiária traduziu-se no coadjuvar os organizadores deste evento.

O seminário trouxe diversos participantes que demonstraram grande interesse pela temática. No período de debate foram várias as intervenções, tornando o seminário extremamente enriquecedor, tendo assim o objetivo do mesmo sido definitivamente alcançado. A avaliação do mesmo é, portanto, extremamente positiva atendendo à atualidade do tema.

O quarto seminário a ser referido decorreu no dia 18 de janeiro de 2019, e consistiu num Seminário de Investigação Residente⁴⁹ no qual foram apresentados os resultados dos projetos de investigação residente e se promoveu o debate entre investigadores do IDN, a importância e perspectiva das parcerias e a importância de produzir conhecimento estratégico. Para este seminário a estagiária ajudou na edição do programa e no pedido de meios técnicos, tendo também assistido às apresentações que consistiam na exposição dos estudos realizados por parte do IDN, os quais podem ser encontrados em volumes como o nº 38 da *Atena*.

O objetivo do seminário foi alcançado quando no período de debate os investigadores confrontaram resultados e perspectivas vitais a investigações futuras.

O quinto Seminário, subordinado ao tema “A extensão da Plataforma Continental” realizou-se no dia 22 de janeiro⁵⁰ de 2019. Para discussão de tão importante tema contou-se com a presença do Professor Doutor Manuel Pinto de Abreu, na posição de *keynote speech*, o Dr. Manuel Meneses (moderador) e como conferencistas o Professor Doutor António Costa Silva, o Professor Doutor Valente de Oliveira e o Engenheiro Carlos

⁴⁸ Coordenado pelo Coronel Alberto Marinheiro.

⁴⁹ Coordenado pela Prof. Isabel Nunes.

⁵⁰ Coordenado pelo Comandante Portela Guedes.

Mineiro Aires. A participação da estagiária traduziu-se no coadjuvar os organizadores deste evento.

O objetivo deste seminário foi alcançado com a contribuição para um melhor entendimento da importância de tal extensão e dos recursos provenientes de tal, contou também com a presença de alunos da escola secundária que se demonstraram interessados pelo tema dando azo a afirmação dos conferencistas que afirmaram que “os jovens são o futuro”.

No dia 19 de fevereiro⁵¹ de 2019 decorreu, o sexto, Seminário subordinado ao tema “Proliferação e Controlo de Armamentos”, que teve como conferencistas o Professor Doutor Francisco Proença Garcia e o Tenente-Coronel João Correia, a Professora Doutora Francisca Saraiva (moderadora), contando ainda com a presença do Professor Doutor Vicente Garrido Rebolledo que proferiu uma apresentação subordinada ao tema “O Futuro do Controlo de Armamentos e do Desarmamento”. Para este seminário a estagiária elaborou a diretiva, o guião do programa, adjuvou nas demais tarefas necessárias e realizou a locução no dia do evento.

A grande afluência a esta sessão concretizou o objetivo de sensibilizar e divulgar um tema de extrema importância. De relevar que os oradores realizaram uma excelente exposição dos temas questionando-se sempre a vertente ética e económica.

No dia 27 de fevereiro de 2019 deu-se o, sétimo, Seminário subordinado ao tema “Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica”. A sessão inicial foi presidida por Sua Excelência a Secretária de Estado da Defesa Nacional Professora Doutora Ana Santos Pinto, e teve como conferencistas, no primeiro painel, o Vice-almirante Lopo Cajarabille, o Contra-almirante Ruy de Almeida Silva da Escola Superior de Guerra do Brasil, o Professor Doutor Pedro Seabra e o Professor Doutor Danilo Marcondes. O segundo painel teve como conferencistas o Professor Doutor Andrés Malamud e o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis. Contou ainda com a presença da Sua Excelência a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dra. Teresa Ribeiro para a sessão de encerramento. Ainda à semelhança dos seminários anteriores, a estagiária elaborou o guião do programa e acompanhou o seminário.

O seminário em questão foi extremamente interessante, tendo não só envolvido entidades importantes da sociedade portuguesa, como também da sociedade brasileira. De relevar

⁵¹ Coordenado pela Professora Doutora Francisca Saraiva, coadjuvado pelo Coronel Alberto Marinheiro.

a intervenção do Professor Doutor Andrés Malamud que se demonstrou extremamente interessante ao aludir à problemática da corrupção, contrabando e narcotráfico, complementando a intervenção anterior do Professor Doutor Danilo Marcondes.

V.3 – Mesas Redondas

Ainda seguindo a lógica do Seminário Residente anteriormente mencionado, foi realizado durante o período de estágio duas, de três, “Mesas Redondas”. Estas sessões, à semelhança do descrito relativamente ao seminário residente, consistem na exposição e debate dos estudos realizados pelos investigadores do IDN. Neste caso em concreto, as sessões realizadas estão intrinsecamente ligadas à publicação *Atena* nº 38 intitulada “Segurança Europeia”, o seu propósito prende-se com, não só apresentar ideias e objetivos, mas debater métodos e resultados.

A segunda⁵² sessão deu-se no dia 4 de outubro de 2019, incidia sobre o Capítulo IV – Os Desafios à Segurança Europeia, a sessão foi aberta pelo Professor Paulo Duarte com uma componente histórica dos estudos que se desenvolveriam posteriormente, tendo de seguida, apresentado o Comandante Daniel Duarte o estudo “A Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia”, e, por fim, o Coronel João Barbas com “Estratégia Europeia de Cibersegurança”.

Já a terceira “Mesa Redonda” realizou-se no dia 29 de novembro de 2018, continuação da sessão anterior, incidiu sobre o Capítulo V – Parcerias Estratégicas, nesta sessão apresentaram a Prof.^a Dr.^a Patrícia Daehnhardt com o tema “A EU e as relações com a OTAN e os EUA”; Coronel Alberto Marinheiro sobre “A Segurança europeia e a articulação com os sistemas de segurança regionais”; Prof.^a Dr.^a Maria Raquel Freire com o tema “A EU e a Rússia”; Prof.^a Dr.^a Licínia Simão sobre o tema “A vizinhança Europeia: A parceria oriental”; e, por fim, o Coronel Alexandre Carriço com o tema “A Cooperação em Segurança e Defesa União Europeia-China: Bons Discursos, Poucos Resultados”.

No apoio a estas sessões, a estagiária elaborou os convites, editou o programa, realizou o pedido dos meios técnicos, deu apoio logístico e assistiu às apresentações.

A avaliação destas Mesas Redondas é extremamente positiva, trata-se de um momento no qual os investigadores do IDN se juntam e discutem os estudos que realizaram, estudos

⁵² Correspondente à 1ª sessão que a aluna participou.

esses que a estagiária pode mais tarde consultar em detalhe para a pesquisa do presente relatório e que tenciona utilizar para futuros estudos.

V.4 – Conferências

No dia 26 de setembro 2018 deu-se a conferência internacional sobre “Cyber Resilience Talks 2018” que contou com a participação do Professor Philip S. Lark, do Engenheiro José Lino dos Santos e o Capitão-de-Mar-e-Guerra Helder Fialho de Jesus. Esta conferência deu-se em seguimento ao convite realizado ao Prof. Philip S. Lark para a abertura do Grupo de Estudos e Reflexão de "Resiliência Cibernética", uma área de crescente importância e na qual o Instituto tem procurado investir. Para esta conferência, a estagiária realizou a locução do programa.

A 11 de outubro de 2018 foi realizada a conferência internacional “Addressing Complex Contemporary Challenges to UN Peace Operations” pelo Dr. Sukehiro Hasegawa, que contou com a presença de alunos da Universidade de Coimbra e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. A participação neste seminário prendeu-se com o apoio nos preparativos, com a receção dos convidados e com a presença da estagiária como parte do público.

No dia 10 de dezembro de 2018 realizou-se a conferência “The Threat of Foreign Fighters, Links between Terror and Crime and the Future of ISIS”, que teve como oradores os Professores Peter Neumann e Rajan Basra. Nesta conferência a estagiária apoiou a preparação logística, na receção dos convidados, fez parte da assistência, e apoiou no debate.

A avaliação das conferências é positiva, os temas foram atuais e de extrema importância, permitiram o aprofundamento de conhecimento e a reflexão do contexto atual.

V.5 – Cursos

Durante o período de estágio foram realizados diversos cursos, tendo a estagiária participado em dois, nomeadamente:

- XIX Curso de Defesa para Jovens (XIX CDJ) realizado de 10 a 28 de setembro de 2018, é um curso específico para os jovens com interesse pelos temas de segurança e

defesa, assim como para os que possam almejar ocupar lugares superiores no Estado português. O curso constitui-se por três atividades nucleares: conferências seguidas por um debate, com ajuda de videoconferência entre Porto e Lisboa; trabalhos de grupo, respetiva apresentação e debate; e visitas de estudo durante três semanas aos diferentes ramos das Forças Armadas. O apoio a este curso prestou-se com o apoio ao coordenador do curso nas atividades, como o controlo da assiduidade dos auditores, participação das atividades e aulas previstas no programa do curso, assim como de elo de ligação entre os auditores e o IDN.

- Curso de Defesa Nacional, acompanhou a abertura do ano académico 2018-2019 do Curso de Defesa Nacional, auxiliando na preparação da sessão de abertura (5/11/2018) e da Sessão Solene (6/11/2018). Prestou apoio à visita de estudo realizada a Bruxelas (elaborando as notas biográficas sobre os conferencistas), e assistiu a algumas aulas do curso. Nomeadamente:

- 14 de novembro de 2019, “Segurança e Defesa: Problemas Conceptuais e Teorias na Atualidade” pelo Tenente General Abel Cabral Couto.
- 11 de dezembro de 2019, “Construções teóricas da Paz”, pelo Professor José Manuel Pureza.
- 19 de dezembro de 2019, “Metodologias de Investigação” pela Prof. Dr.^a Isabel Nunes; e “Instrumentos de Pesquisa” pela Mestre Ilda Pinto.
- 18 de fevereiro de 2019, “A transformação da Defesa no século XXI” proferida pelo Coronel Nuno Lemos Pires.
- 19 de fevereiro 2019, “El ejercicio de la soberania digital europea en matéria de seguridade i defesa” proferida por um orador do CESEDEN;

V.6 – Curso Sénior do NATO Defense College

Entre os dias 27 e 29 de março de 2019 o IDN realizou a visita de estudo a Portugal do 134.º Curso Sénior do NATO Defense College (NDC). O programa da visita englobou um conjunto de conferências, realizadas nas instalações IDN e contou com a participação dos representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério das Finanças, Ministério da Defesa Nacional e Estado-Maior-General das Forças Armadas e um encontro com Deputados da Comissão de Defesa Nacional na Assembleia da República.

Para este evento foram realizados três programas, um programa comum para o dia 27 de março, e dois diferentes para o dia 28 de março. No dia 27 de março 2019 foi realizada uma visita guiada por Lisboa, levando os convidados a alguns dos pontos históricos mais interessantes da cidade. Neste dia a estagiária, e as colegas, ficaram encarregadas de acompanhar um dos três autocarros disponibilizados para a visita, prestando apoio sempre que necessário ao coordenador e aos convidados. No dia 28 de março de 2019 a estagiária colaborou com as Relações Públicas do Instituto no acompanhando das visitas planeadas, ao Palácio Nacional de Sintra e à messe da Marinha em Cascais, e prestando apoio aos convidados, como seja mostrar pontos interessantes dos locais, explicar expressões ou outras questões e fotografar o grupo.

Este terá sido o evento mais interessante por, entre outros aspetos, ter potenciado o conhecimento relativamente à logística de um evento de tal dimensão, como seja a responsabilidade e importância securitária de tal número de convidados e pelo contacto direto com convidados de tão ilustre patente.

V.7 – Outras Atividades

Durante o período de estágio ocorreram eventos nos quais o envolvimento da estagiária foi de curta duração. Nomeadamente:

- a) No dia 11 de janeiro 2019, a estagiária participou do encerramento do XII Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas, no qual procedeu à locução e entrega dos diplomas;
- b) Entre os meses de fevereiro e final de março, a estagiária ajudou na pré-preparação do Seminário Internacional “Thinking Today’s World” de dia 5 de junho 2019, realizando as notas bibliográficas, e auxiliando na conceção dos posters, capas, programas, assim como na requisição dos meios técnicos;
- c) Realizou em diferentes ocasiões listas de transportes e hotéis para o corpo residente do IDN aquando dos eventos realizados em Faro;
- d) Levantamento de dados estatísticos relevantes à investigação preliminar do estudo estratégico interessante às ações de formação ‘Segurança, Defesa e Paz: Um Projeto de Todos para Todos. O Referencial para a Educação pré-escolar e para os Ensinos Básico e Secundário’;

- e) No dia 12 de dezembro de 2018 participou da primeira reunião do Colóquio C4 de 2019 em Portugal, o qual ocorreu de 28 a 30 de maio de 2019. Sendo esta reunião extremamente relevante devido à dimensão de tal evento, o qual exige a estreita coordenação de diversos elementos.

Reflexão Crítica

O interesse em realizar um estágio curricular resultou da vontade de aplicar o conhecimento teórico adquirido no dia-a-dia profissional. A descoberta do Instituto da Defesa Nacional deveu-se às publicações Nação e Defesa, as quais em muito auxiliaram os trabalhos académicos realizados para o Mestrado em questão. O contacto com tal publicação aumentou a curiosidade pela investigação realizada no instituto e, devido à parceria do IDN com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, surgiu a oportunidade de estagiar neste.

A experiência de estágio pode ser caracterizada como tendo sido positiva. No que respeita aos pontos positivos identifica-se a oportunidade de aprendizagem constante e de elevada qualidade académica e profissional, o que tornou a experiência de estágio única, enriquecida também pelo contacto com investigadores de grande prestígio nacional e internacional.

Neste sentido, os seminários, conferências, grupos de reflexão e as aulas dos cursos que decorriam, permitiram o aprofundamento de algumas matérias, como a defesa nacional e internacional e a reflexão sobre outras, nomeadamente sobre as vertentes da segurança e defesa europeia, terrorismo transnacional, segurança energética e cibersegurança. Estas sessões caracterizaram-se pelo convite a especialistas nacionais e internacionais que souberam apresentar os temas de uma forma apelativa e fundamentar os debates, tornando a experiência gratificante.

No entanto, a ressalva que se pode fazer aos seminários e conferências prende-se com o convite a escolas secundárias para algumas sessões, cujo conteúdo se revelou demasiado complexo para o seu nível de formação. O convite a alunos de áreas próximas aos temas em debate, assim como o aviso prévio aos conferencistas de que devem preparar intervenções mais apelativas a gerações menos familiarizadas com os conceitos e questões que caracterizam a atual política nacional e internacional, é essencial. O que se observa, é que apesar dos jovens demonstrarem interesse nas exposições, rapidamente o

perdem devido à complexidade das intervenções, por vezes, extremamente técnicas e afastadas do dia-a-dia do público mais jovem.

As aulas a que se assistiu demonstraram-se extremamente úteis para o relatório em questão, sugerindo-se a abertura dos Cursos a diferentes níveis etários e educacionais. Ou seja, que permitam que indivíduos sem formações superiores, tenham a oportunidade de frequentar ações de formação em matérias tão complexas como as da cibersegurança e ciberdefesa. Para alunos mais novos, como os do ensino secundário, será importante a continuada formação de professores, permitindo aos alunos o contacto com matérias de segurança e defesa e a oportunidade de conhecerem o trabalho do IDN, tendo em conta que poderá ser do interesse destes jovens candidatarem-se aos cursos disponibilizados. Do mesmo modo, à semelhança dos Grupos de Reflexão existentes, pode ser útil criar grupos orientados para alunos universitários ou de escolas profissionais, das áreas tecnológicas, entre outros interessados, possibilitando-lhes a oportunidade de pensar e debater temas do seu interesse com especialistas. Para atrair mais o interesse destes alunos poder-se-ia criar simulações sobre situações hipotéticas no plano da segurança e defesa dando-lhes uma vertente prática.

O IDN tem procurado modernizar-se através das atuais ferramentas de atração ao público, especialmente mais jovem, tornando-se visível através do uso de redes sociais, como o Facebook, e expandindo-se através de redes de difusão de conteúdos, como o YouTube, onde se pode visualizar em direto as transmissões das sessões realizadas, como seminários e conferências. Para este ponto, seria importante o IDN ter uma presença constante nas redes sociais e não tão espaçada como atualmente, para esse efeito poderia ser delegada a tarefa a alguém que, em constante comunicação com a responsável pelas relações públicas, partilha-se com mais frequência os estudos realizados pelo IDN e eventos futuros. A aposta do IDN no convite às escolas e faculdades para os eventos que realiza deve continuar e, procurar novas e inovativas maneiras de apresentar as mesmas, um exemplo seria pela inclusão de simulações de debates sobre a ONU, UE e OTAN.

Outro ponto positivo é a disponibilidade de informação e estudos aos estagiários, os quais têm acesso à biblioteca do IDN e recursos bibliográficos *online*⁵³, sendo-lhes também oferecidas publicações especializadas de duas linhas editoriais do IDN como a coleção Atena e revista Nação e Defesa. O acesso a esses recursos contribuiu para incentivar e

⁵³ Recursos como o acesso às plataformas: J-stor; Taylor & Francis; Wiley Online Library, entre outros.

aprofundar o interesse sobre a investigação e divulgação de questões do âmbito da segurança e defesa.

De entre os pontos menos positivos pode-se referir o facto de o programa de estágio, por estar mais centrado no apoio a atividades de formação, divulgação e sensibilização, não se ter prestado a um maior envolvimento em atividades no apoio à investigação. Neste aspeto, seria importante se o IDN pudesse ter capacidade para acomodar no seu corpo de investigadores o apoio de estagiários, dando-lhes a oportunidade de apoiar e aprender com os mesmos.

A presença de militares e civis trabalhando num espaço comum foi enriquecedora e inspiradora pela forma como se pôde testemunhar o conhecimento e experiência de ambas as partes. No entanto, não pode deixar de ser observado que a diferença geracional entre os estagiários e os assessores militares no que respeita a valores e práticas de trabalho foram divergentes, tornando alguns momentos do estágio numa experiência menos favorável.

Outro ponto menos positivo, foi a necessidade de acordar com o estagiário as funções que vai exercer *a priori* e perceber a disponibilidade do mesmo para aquele efeito. Por exemplo, durante o estágio, foi realizado um evento fora da área de Lisboa, em relação ao qual os estagiários coadjuvavam quem o organizou, mas para o qual nenhum tinha disponibilidade para se deslocar. A reação a tal indisponibilidade foi negativa por parte de alguns elementos envolvidos na atividade. No entanto, deve ser realçado que tal situação tenderá a não se repetir, visto que a questão da disponibilidade do estagiário em se deslocar para fora da zona de estágio passou a ser integrada nas entrevistas de estágio, denotando-se uma rápida aprendizagem e correção de uma falha inicial por parte da instituição.

O estágio realizado entre 10 de setembro e 29 de março contribuiu para o desenvolvimento prático de alguns dos conhecimentos adquiridos durante a licenciatura, relativamente à União Europeia, e durante o mestrado, relativamente às relações internacionais e a segurança e defesa. Este desenvolvimento foi possível através do contacto direto com os especialistas convidados e a organização de eventos, que requeriam o conhecimento das áreas para as mais diversificadas tarefas, como a colaboração na decisão de potenciais oradores para abordarem determinadas matérias.

Mas, talvez o maior contributo do estágio possa ser percecionado pela observação direta que possibilitou, ou seja, constituía um universo-amostra das relações e cooperações entre investigadores e instituições nacionais e internacionais.

Através dos diversos seminários, conferências, Grupos de Reflexão e, até nas aulas a que se assistiu, foi possível observar de perto o comportamento, perspectivas e opiniões de diferentes indivíduos sobre questões de extrema importância à segurança e defesa nacional e internacional. A observação desta pluralidade de opiniões e perspectivas suscita uma reflexão sobre o seu impacto na formação da opinião pública e sobre a tomada de decisão. Um exemplo desta diversidade traduziu-se no confronto de ideias e perspectivas, por vezes antagónicas, entre aqueles que apoiam o projeto europeu e os que demonstram preferência por questões no domínio transatlântico. Nas aulas a que se assistiu do XIX Curso de Defesa para Jovens pode-se observar que jovens, principalmente ligados a uma carreira militar, viam a cooperação europeia com ‘relativa descrença’, ainda que não hostis, era perceptível, pelas observações e intervenções dos mesmos durante as aulas, uma preferência pela OTAN quando comparada com a União Europeia. Do mesmo modo, os jovens ligados mais à vida civil demonstravam uma preferência pela União Europeia.

Esta observação pode também ser constatada no que respeita aos seminários e conferências organizados. Por exemplo, eventos que incluíssem temas que envolvessem questões relacionadas com a paz, a guerra, migrações ou a proliferação e controlo de armamentos atraíam um público mais numeroso e, inclusivamente, mais jovem. Enquanto que outras temáticas, como por exemplo a resiliência cibernética, a segurança energética e a defesa europeia, atraíram um público mais sénior e especializado.

Daqui poder-se-á concluir que o IDN através da sua oferta formativa, no campo da investigação, da reflexão e debate, não só proporciona uma oportunidade única de pensar e debater nas grandes questões da agenda política no domínio da segurança e defesa, como reúne públicos provenientes de gerações diferentes, distintos nos interesses e na sua formação de base.

Conclusão

A Primeira e Segunda Guerra Mundial trouxeram o desejo de paz e o medo da guerra à população da Europa, levando à percepção por parte dos líderes políticos da necessidade de prevenir a guerra, e o fim da Guerra Fria veio acentuar a necessidade de cooperação entre a Europa e os EUA. Este processo foi adquirindo uma dinâmica própria no plano da segurança pese embora a percepção de uma Europa economicamente forte, mas politicamente condicionada nos fóruns de defesa e segurança internacional.

O fim da bipolaridade no plano político e securitário, e a globalização no plano económico potenciaram a interdependência que facilitou a propagação de princípios e valores democráticos ao mesmo tempo que as ameaças assumiram uma dimensão mais global. Acentuaram-se as ameaças internas e modificaram-se as externas, sendo o inimigo incerto e mutável. Em resposta às mudanças, também o conceito de segurança se alterou acentuando-se o valor da cooperação.

O tratado de Lisboa renova o investimento na PCSD, tal interesse é observado por pequenas e grandes mudanças, como seja o simples mudar da designação de ‘Política Europeia de Segurança e Defesa’ para Política Comum de Segurança e Defesa, que traduz a vontade dos Estados-Membros em desenvolver posições e atuar de uma forma comum, contribuindo para o reforço de uma cultura de segurança europeia. Observando-se ainda assim que a gestão de crises passou a ocupar um estatuto mais importante entre os Estados-Membros e em colaboração com a OTAN.

Eventos como os fluxos migratórios e os ataques terroristas em solo europeu contribuíram para a generalização do receio e pressionaram os Estados Europeus a agir em conjunto e de forma coordenada. Tal levou à crescente procura por uma UE forte, capaz de assegurar a segurança das fronteiras externas e internas, possível apenas com uma PCSD forte. A narrativa passou a “Os europeus têm de assumir maior responsabilidade pela sua segurança (...)”⁵⁴, assim novos mecanismos são criados, como o Fundo Europeu de Defesa, e o sistema de gestão de crises da União Europeia aperfeiçoado.

A complexidade da política europeia e a intensificação das operações militares e civis requerem para a PCSD corpos burocráticos e administrativos mais especializados.

⁵⁴ Conselho Europeu 2016 – Conclusões do Conselho Europeu 15 dezembro, Bruxelas, p.3 (<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-34-2016-INIT/pt/pdf>)

O receio palpável de atribuir demasiado poder ao nível supranacional tem alimentado a divisão de poderes e a distribuição de tarefas, o resultado de tal é, no entanto, positivo. A crescente burocratização tem possibilitado o enriquecimento e aperfeiçoamento do conhecimento através do crescimento das comunidades de peritos e uma maior profissionalização do processo de tomada de decisão. Estas caracterizam-se como parte integrante da estrutura de governos nacionais e instituições europeias, no apoio à tomada de decisão. Nos momentos de maior crise o comportamento competitivo das comunidades de peritos aumenta, naquilo que Allison *et al.* (1972: 43) entende ser uma competição por influência, competição esta transversal a todas as relações dentro do Estado e entre os Estados.

No apoio técnico à tomada de decisão importa sublinhar o papel das comunidades de peritos e dos *think-tanks*. A consequência da sua presença é o de uma maior especialização política e um melhor debate público fermentando o conhecimento e a criação de soluções inovadoras.

Estas comunidades de peritos e *think-tanks* permitem o constante retorno da informação e uma análise personalizada e profunda das variáveis, possibilitando assim aos decisores políticos uma perceção de qual/quais a/as variáveis a aplicar na resolução de diversas situações.

A questão de partida prendeu-se com qual a contribuição que uma instituição nacional, como o IDN, poderia fornecer à compreensão da construção da Política Comum de Segurança e Defesa. Contribuição na qual o IDN tem sido, desde a sua fundação, constante. A divisão de atividades organizadas pelo IDN em três níveis: Investigação, Formação e Sensibilização/Divulgação, permite ao instituto alcançar diferentes patamares da sociedade portuguesa.

Ao nível da investigação, seja pelas parcerias com instituições congéneres realizadas, pela existência de investigadores cujos projetos de investigação cobrem um vasto leque de áreas temáticas, pelo suporte a comunidades de peritos ou pelo apoio técnico à tomada de decisão do Ministério da Defesa Nacional, o IDN tem-se mostrado um centro de pensamento de relevo. Através das suas diferentes publicações têm potenciado a investigação, não só entre especialistas, mas também entre as gerações mais novas, exemplo disso são as publicações do IDN Cadernos. Estes jovens, ao explorarem as diferentes temáticas da segurança e defesa, desenvolvem um conhecimento aprofundado da segurança nacional e internacional.

Ao nível da formação, os cursos e pós-graduações realizados pelo IDN caracterizam-se pela importância e atualidade dos mesmos, abordando várias dimensões dentro dos temas da segurança e defesa nacional e internacional. O objetivo destes cursos e pós-graduações é permitir a investigação, ensinar e incentivar o debate, contribuindo assim para a formação de especialistas, e para o desenvolvimento de sinergias entre civis e militares, apoiando a formulação do pensamento estratégico nacional.

Por fim, ao nível da sensibilização e divulgação, o IDN organiza diversos seminários, conferências e Grupos de Reflexão e debate através de iniciativas de cooperação no domínio da investigação, sensibilização e divulgação com instituições e organizações de excelência. Numa vertente abrangente, conta com oradores especializados provenientes de diferentes países, de diferentes *think-tanks*, bem como representantes institucionais que incentivam o debate com intervenientes de diferentes ambientes profissionais e académicos. Numa vertente mais seleta, estas atividades podem ser compostas por um núcleo especializado, desde especialistas a investigadores e representantes institucionais, em atividades que posicionam o IDN num plano de apoio técnico privilegiado ao processo de tomada decisão.

A um nível pessoal e profissional, o estágio possibilitou o aprofundamento do conhecimento do papel do IDN na sociedade portuguesa e no desenvolvimento do pensamento estratégico nos domínios da segurança e defesa nacional. Contribuiu para a aquisição de experiência profissional no plano da programação e organização necessários a quem procura uma primeira entrada no mercado de trabalho, permitiu o contacto direto com organismos nacionais e internacionais ligados ao quadro da segurança e defesa, e a aprendizagem do como planear e programar eventos científicos e de divulgação. De entre a aprendizagem adquirida, salienta-se o incentivo à investigação, o qual proporcionou a vontade de escrever algo mais do que um simples recontar de atividades, permitindo assim a procura pelo conhecimento daquilo que é o lema do IDN: “Nos caminhos da Nação”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Secure Europe in a Better World - European Security Strategy. Brussels, 12 December 2003. [ON-LINE]. [s.l.]: Council of the European Union, [11.10.2004]. Disponível em: https://www.cvce.eu/content/publication/2004/10/11/1df262f2-260c-486f-b414-dbf8dc112b6b/publishable_en.pdf

ADLER, Emanuel, HAAS, Peter M. (1992), “Conclusions: Epistemic Communities, World Order, and the Creation of a Reflective Research Program”, *International Organization*, Vol.46, Nº 1, pp. 367-390.

ALLISON, Graham T., HALPERIN, Morton H. (1972) “Bureaucratic Politics: A paradigm and some policy implementation”, *World Politics*, Vol.24, pp. 40-79

ALVES, José Lopes (2014) “Testemunho: Tenente-General José Lopes Alves” in A. Cabral Couto, J. Garcia Leandro e A. Duarte, ed., *IDN Cadernos - Memória do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.11-17

ANASTÁCIO, Gonçalo; PORTO, Manuel Carlos Lopes (2012) “Tratado de Lisboa - Anotado e Comentado”, Almedina, Coimbra

BACH, Tobias, *et al.* (2016) “Transnational Bureaucratic Politics: An Institutional Rivalry Perspective on EU Network Governance”, *Public Administration*, Vol.94, No.1, pp. 9-24

BALFOUR, Rosa (2017) “What are Think Tanks for? Policy Research in the age of expertise”, *LSE Ideas*, Strategic Update 17.7

BICCHI, Frederica, BREMBER, Niklas (2016) “European diplomatic practices: contemporary challenges and innovative approaches”, *European Security*, Vol.25, No. 4, pp. 391-406

BEETHAM, David (1988) “A burocracia”, Lisboa, Estampa

BÆKGAARD, Martin, BLOM-HANSEN, Jens, SERRITZLEW, Søren (2015) “When Politics Matters: The Impact of Politicians’ and Bureaucrats’ Preferences on Salient and Nonsalient Policy Areas”, *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, Vol. 28, No. 4, pp. 459–474

CARLSNAES, Walter, *et al.* (2006) “Domestic Politics and International Relations”, in *Handbook of International Relations*, London, SAGE, pp. 309-328

COUTO, Abel Cabral (2014a) “Primeira Intervenção: Tenente-General Abel Cabral Couto” in A. Cabral Couto, J. Garcia Leandro e A. Duarte, ed., *IDN Cadernos - Memória do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.46-54

COUTO, Abel Cabral (2014b) “Segunda Intervenção: Tenente-General Abel Cabral Couto” in A. Cabral Couto, J. Garcia Leandro e A. Duarte, ed., *IDN Cadernos - Memória do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.61-75

Comissão Europeia, “Fundo Europeu de Defesa: 5,5 mil milhões de EUR por ano para reforçar as capacidades de defesa da Europa” – Comunicado de Imprensa Bruxelas, 7 de junho de 2017

Conselho Europeu (2016) Reunião do Conselho Europeu 15 de dezembro de 2016 – Conclusões: <https://www.consilium.europa.eu/media/21930/15-euco-conclusions-final-pt.pdf>

DUKE, Simon (2018) “European Defence Architecture: Institutional Developments”, *Nação e Defesa*, Lisboa, nº150, pp. 23-32.

EUROPEAN COMMISSION (2016/950 final) *European Defence Action Plan*, Brussels, 30 november

FALEG, Giovanni (2012) “Between knowledge and power: epistemic communities and the emergence of security sector reform in the EU security architecture”, *European Security*, Routledge Taylor & Francis Group, Vol. 21, nº2, pp. 161-184

FERNANDES, António H. (2006) “A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa”, *IDN Cadernos*, nº4

FERNANDES, António H. (2009) “A Estratégia e as Relações Internacionais”, *Nação e Defesa*, N.º 122 pp. 151-172

FERNANDES, António H. (2010) “Estratégia, Guerra e Terrorismo: a Inexistência de um Vínculo Topológico”, *Nação e Defesa*, Lisboa, N.º 126, pp. 245-259

FERNANDES, António H. (2015) “O conceito de segurança: um obstáculo à paz”, *R:I*, N.º 48, pp. 139-164

KALDOR, Mary (2013) "In Defence of New Wars" *Stability*, Vol. 2, issue 1, pp. 1-16, DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.at>

GNESOTTO, Nicole, Ahtisaari, M., Barnier, M., Bildt, C., Brok, E., Gresch, N., Cooper, R., Dempsey, J., Gergorin, J., Bétermier, J., Gordon, P., Haine, J., Lindstrom G., Missiroli, A., Navarro, A., Ortega, M., Riccardi, F., Rondos, A., Schmitt, B., Schuwirth, R., Sommer, T., Zecchini, L., Solana, J., (2004) "EU Security and Defence Policy: The first five years (1999-2004)", *Institute for Security Studies*, Paris, European Union, pp. 11-31

GOUREVITCH, Peter (2006) "Domestic Politics and International Relations" in *Handbook of International Relations*, SAGE, pp. 309-328

JERVIS, Robert (1976) "Perception and misperception in international politics", Princeton, Princeton University, XII

Joint Declaration on European Defence - Joint Declaration issued at the British-French Summit, Saint-Malo, 3-4 December 1998. [ON-LINE]. [s.l.]: Foreign and Commonwealth Office of the United Kingdom, [12.08.2008]. Disponible sur <http://www.fco.gov.uk/en/newsroom/latest-news/?view=News&id=2244063>

HAINÉ, Jean-Yve (2004) "An historical perspective" in *EU Security and Defence Policy: The first five years (1999-2004)*, Institute for Security Studies, Paris, European Union, pp. 35-54

HAAS, Peter M. (1992), "Introduction: epistemic communities and international policy coordination", *International Organization*, Special Issue, Vol. 40, No.1, pp. 1-35.

HAAS, Ernst B. (1990) "When Knowledge is Power: Three Models of Change" in *International Organizations*, Berkeley: Univ. Calif. Press

LEGRAND, Jérôme (2018) "Política Comum de Segurança e Defesa", *Fichas Técnicas sobre a União Europeia*, Bruxelas: Parlamento Europeu

MCGANN, James G. (2018) "2017 Global Go To Think Tank Index Report", *TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports*. 13. Disponível em: https://repository.upenn.edu/think_tanks/13

MCGANN, James G. (2019) "2018 Global Go To Think Tank Index Report" *TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports*. 16. Disponível em: https://repository.upenn.edu/think_tanks/16

MISSIROLI, Antonio, *et al* (2016) “Understanding EU ‘foreign policy’” in *The EU and the World: Players and Policies Post-Lisbon, a Handbook*, Institute for Security Studies, Paris, pp. 9-12

NAC (2009) NATO’s relations with the European Union, Brussels, https://www.nato.int/summit2009/topics_en/21-nato-eu_strategic_partnership.html (Consultado a 08/09/2019).

NUNES, Isabel (2010) “Security Culture, Strategic Approach and the Implementation and Operationalization of European Security”, in *Dinâmicas da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Nação e Defesa, N°127, pp. 51-80

NUNES, Isabel (2017) “A União Europeia como Sistema de Governação Regional no Domínio da Segurança”, in *Segurança Europeia*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Atena, pp. 37-74

NUNES, Isabel (2014) “O futuro da Segurança e Defesa Europeia” in *Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, N°137, pp. 150-167

Plano de Atividades IDN 2017: https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/plano_atividades2017.pdf [Consultado a 14/09/2019]

Parlamento Europeu (2000) Relatório da Presidência sobre o Reforço da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa: III. Aspectos Cíveis da Gestão de Crises, ANEXO I - in http://www.europarl.europa.eu/summits/fei2_pt.htm

PENEDOS, Maria R. (2014) “Diplomacia de Defesa: O Diálogo da Força ou a Força do Diálogo?”, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, FCSH

PEREIRA, Laura (2005) “A Europa da Defesa, o Fim do limbo” Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, *Nação & Defesa*, N°110, 87-127

RAUH, Christian (2012) “Linking agenda setting to coordination structures: Bureaucratic Politics inside the European Commission”, *Journal of European Integration*, Vol. 4, n° 35, pp. 425-441

RHINARD, Mark; BOIN, Arjen (2009) “European Homeland Security: Bureaucratic Politics and Policymaking in the EU” in *Journal of Homeland Security and Emergency Management*, Berkeley Electronic Press, Vol. 6, No. 1

ROCHA, António (2011) “A PCSD como Componente Operacional da Acção Externa da UE: Enquadramento Institucional e Procedimentos”, in *Nação e Defesa*, Lisboa, Nº 129, pp. 41-67

RUGGIE, John G.; KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert O.; SCHITTER, Philippe C. (June 2005) "[Transformations in World Politics: The Intellectual Contributions of Ernst B. Haas](#)" (PDF) *Annual Review of Political Science*, 8: pp. 271–296

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2010) “A defesa europeia depois do Tratado de Lisboa.” in *Relações Internacionais*, nº 25, pp. 021-029

TOYE, John (2006) “Modern Bureaucracy”, UNU-WIDER, Research Paper No. 2006/52

VANHOONACKER, Sophie, DIJKSTRA, Hylke, MAURER, Heidi (2010) “Understanding the Role of Bureaucracy in the European Security and Defence Policy: The State of the Art”, in: Vanhoonacker, *European Integration online Papers (EIoP)*, Special Issue 1, Vol. 14

VARSORI, Antonio (2015) “A historical interpretation of the process of European integration”, in *Routledge Handbook of European Politics*, London; New York, NY: Routledge, Taylor & Francis Group, pp. 97-115

WALTZ, Kenneth (1979) “Theory of International Politics”, Berkeley, Addison-Wesley Publishing Company

Decretos:

Despacho n.º 11370/2015, D.R. n.º 199, Série II de 2015-10-12

Despacho n.º 11369/2015, D.R. n.º 199, Série II de 2015-10-12

Decreto-Regulamentar n.º 7/2015, D.R. n.º 148, Série I de 2015-07-31:
https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/Decreto%20Regulamentar%207_2015%20de%2031jul.pdf

Portaria n.º 282/2015, D.R. n.º 180, Série I de 2015-09-15:
<https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/Portaria%20%20282%2015%20de%2015%20Set.pdf>

Decreto-Lei n.º 154-A/2009, D.R., n.º 128, Série I de 6 de Julho de 2009:
<http://www.operacional.pt/docs/LO%20MDN%202009.pdf>

Decreto-Lei 48146: <https://dre.pt/application/file/401598>

Decreto-Lei nº550-D/76: <https://dre.pt/application/file/181688>

Decreto de Lei nº 635/748: <https://dre.pt/application/file/466103>

Website:

Instituto da Defesa Nacional: <https://www.idn.gov.pt/>

Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, Ministério dos Negócios Estrangeiros: <https://www.ue.missaoportugal.mne.pt/pt/>

EU Science Hub: <https://ec.europa.eu/jrc/en/working-with-us/jobs/temporary-positions/seconded-national-experts>

Plano de Atividades do Instituto da Defesa Nacional, edição de 2017 (versão em PDF): https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/plano_atividades2017.pdf

Artigos:

PARRY, Emyr Jones, “The St Malo declaration 10 years on”, *Financial Times*, 1 dezembro 2008, disponível em: <https://www.ft.com/content/7d97f048-bfc7-11dd-9222-0000779fd18c> (Consultado 30/09/2019)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do Instituto da Defesa Nacional.....	28
Figura 2 - Estrutura Hierárquica.....	35

ANEXO (S)

1. Calendarização

Atividades	Áreas de Intervenção	Objetivos/Tarefas	Período Temporal	Coordenador de Atividade	Medida de Avaliação
Edições	PLANEAMENTO EDIÇÃO	Sessão de Informação e esclarecimento.		Tenente-Coronel Alexandre Carriço	Ida à Sessão de Informação.
Núcleo de Planeamento	PLANEAMENTO	Sessão de informação e esclarecimento.		Major José Ribeiro	Ida à Sessão de Informação.
Relações Públicas	PLANEAMENTO EDIÇÃO	Sessão de Informação e esclarecimento.		Dr. João Torres	Ida à Sessão de Informação.
Investigação – Desenvolvimento de Projetos de Investigação	INVESTIGAÇÃO PLANEAMENTO	Sessão de Informação e esclarecimento.		Professora Doutora Isabel Nunes	Ida à Sessão de Informação.
Relatório de Estágio Curricular	INVESTIGAÇÃO	Desenvolvimento do Relatório de Estágio com recolha de fontes e material bibliográfico e desenvolvimento do plano da tese.	Setembro de 2018 – março de 2019	Professora Doutora Isabel Nunes	Lista bibliográfica e plano de tese
19º Curso de Segurança e Defesa par Jovens	ORGANIZAÇÃO	Apoio à organização 19º Curso de Segurança e Defesa para Jovens	Setembro de 2018	Capitão de Mar-e-Guerra Portela Guedes	Cumprimento das tarefas assignadas
Grupo de Reflexão sobre "Europa"	ORGANIZAÇÃO	Apoio à organização das reuniões do GRE - Grupo de Reflexão sobre "Europa"	Novembro 2018 a Março de 2019	Professora Doutora Isabel Nunes	Cumprimento das tarefas assignadas
Grupo de Estudos sobre "Terrorismo e Violência Política"	ORGANIZAÇÃO	Apoio à organização das reuniões do Grupo de Estudos sobre "Terrorismo e Violência Política"	Setembro a dezembro de 2018	Coronel Alberto Marinheiro	Cumprimento das tarefas assignadas
Seminário Internacional “How think-tanks think the world”	ORGANIZAÇÃO PLANEAMENTO	Coadjuvar o Coordenador em todas as tarefas inerentes à execução do curso. Apoio à organização e ao	A definir	Professora Doutora Isabel Nunes	Cumprimento das tarefas assignadas

		planeamento. Contactos com entidades exteriores.			
Seminário Nacional “Proliferação e controlo de armamento”	ORGANIZAÇÃO PLANEAMENTO	Coadjuvar o Coordenador em todas as tarefas inerentes à execução do curso. Apoio à organização e ao planeamento. Contactos com entidades exteriores.	Janeiro a Fevereiro 2019	Professora Doutora Francisca Saraiva	Cumprimento das tarefas assignadas
4º Seminário IDN Jovem	ORGANIZAÇÃO PLANEAMENTO	Apoio à organização e ao planeamento. Contactos com entidades exteriores.	22-23 de novembro de 2018	Coronel Costa Campos	Cumprimento das tarefas assignadas Apresentação da comunicação
10º Curso de Gestão Civil de Crises 2018 (10º CGCC 18)		Coadjuvar o Diretor do Curso em todas as tarefas inerentes à execução do curso. Apoio à organização da documentação a entregar aos elementos do curso.	Novembro 2018 a maio de 2019	Coronel Costa Campos	Cumprimento das tarefas assignadas
Grupo de Estudos sobre Segurança Energética (GESE)	PLANEAMENTO ORGANIZAÇÃO	Colaborar com o Coordenador na organização das reuniões nomeadamente na divulgação das sessões e na elaboração de ofícios e <i>emails</i> , na elaboração do relatório sobre cada uma destas; Contactos com conferencistas para assegurar alojamento e voo; Efetuar notas biográficas e plano de transportes; Apoio à elaboração dos materiais de divulgação e sua divulgação.	Outubro a dezembro de 2018.	Professor Doutor António Paulo Duarte	Cumprimento das tarefas assignadas